

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**O PAPEL DO *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL DO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS DO
MUNICÍPIO DE JAGUARI – RS**

RENAN COVALESKI PERLIN

Seropédica, RJ
Setembro, 2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PAPEL DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL DO INSTITUTO
FEDERAL FARROUPILHA NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO DE
JAGUARI – RS**

RENAN COVALESKI PERLIN

Sob a Orientação da Professora Doutora

Miriam de Oliveira Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro, 2011

370.113

P451p

T

Perlin, Renan Covalleski, 1985-

O papel do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari-RS / Renan Covalleski Perlin - 2011.

62 f.: il.

Orientador: Miriam de Oliveira Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 48-51.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha(Campus São Vicente do Sul) - Teses. 2. Ensino profissional - Teses. 3. Agroindústria - Jaguari (RS) - Teses. I. Santos, Miriam de Oliveira, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

RENAN COVALESKI PERLIN

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/09/2011.



Mirian de Oliveira Santos, Dra. UFRRJ



Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. UFSM



Betty Nogueira Rocha, Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Eu acredito demais na sorte. E tenho constatado que, quanto mais eu trabalho, mais sorte eu tenho. E tive a sorte de contar com pessoas especiais na minha vida, às quais dedico esta produção.

AGRADECIMENTOS

Não é uma tarefa fácil agradecer a todos que ajudaram a construir esta dissertação. Eu correria um grande risco em registrar, aqui, um agradecimento seletivo, decidindo quem incluir, pensando em quem não posso esquecer, temendo deixar de mencionar alguém que com certeza se encaixaria o rol de amigos que estiveram ao meu lado nesses dois anos.

Então, de uma forma mais ampla e não menos verdadeira, agradeço:

- à minha namorada;
- à minha família;
- aos meus amigos;
- aos meus colegas de trabalho;
- à minha orientadora;
- à equipe do PPGEA/UFRRJ;
- a DEUS!

RESUMO

PERLIN, Renan Covaleski. **O papel do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari – RS.** 2011. 62 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2011.

No contexto das políticas educacionais brasileiras, a educação profissional de níveis técnico e tecnológico, aliada às atividades de pesquisa e extensão, busca uma maior integração das instituições de ensino às dinâmicas produtivas regionais. Suas ações têm, entre suas principais funções, capacitar e apoiar o empreendedorismo rural, possibilitando o crescimento de unidades produtivas em consonância com as perspectivas de desenvolvimento regional. Buscando contribuir para uma análise da efetividade dessas ações, a presente pesquisa, de natureza quantiquantitativa, objetivou conhecer e analisar as possíveis interferências provocadas pela atuação do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha no contexto da atividade agroindustrial em Jaguari, RS, por se tratar de um município circunvizinho e caracterizar-se, economicamente, pelo desenvolvimento dessa atividade. Por se tratar de um tema abrangente, à medida que envolve uma variação de conceitos e de elementos, foi necessária uma fundamentação teórica baseada em literatura nas áreas de educação, profissionalização, sociologia e gestão, além de trabalhos na área de desenvolvimento local e regional e documentos oficiais. A análise documental e a aplicação dos questionários semiestruturados, seguidas da tabulação dos dados, subsidiaram metodologicamente a pesquisa. A análise das respostas aos questionamentos feitos aos professores e gestores do *Campus* e à comunidade externa, cujos informantes do grupo foram pessoas que exercem a atividade agroindustrial ou que atuam em segmentos que mantêm afinidade com a área de agroindústria no município de Jaguari, trouxe resultados relevantes em relação ao objetivo traçado. Demonstrou que o município possui grandes expectativas em relação à participação da instituição nas ações para o desenvolvimento e incremento da atividade agroindustrial, assim como os gestores afirmam essa interação. Os resultados indicaram, no entanto, que essa participação se consolida de forma tênue, limitando-se a reuniões de sensibilização, palestras, cursos básicos, formação técnica, apoio na elaboração de projetos e formação de associações. Ficou evidente que a comunidade anseia pela intensificação das atividades de pesquisa e pela divulgação e aplicação dos resultados das experiências, melhorando a produtividade e qualidade dos produtos, fortalecendo a economia local com foco na inovação tecnológica.

Palavras-chave: Educação profissional. Desenvolvimento. Atividade agroindustrial.

ABSTRACT

PERLIN, Renan Covaleski. **The role of the Campus São Vicente do Sul of Farroupilha Federal Institute in promoting the development of agro industries in the municipality of Jaguari – RS.** 2011. 62 p. Dissertation (Master`s degree in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2011.

In the context of the Brazilian educational policies, the professional education of technical and technological levels, combined with technical and technological activities of research and extension, seeks greater integration of the educational institutions into regional production dynamics. Its actions have, among its main functions train and support rural entrepreneurship enabling the growth of productive units in line with the prospects for regional development. Seeking to contribute to an analysis of the effectiveness of these actions, the present research of quantitative and qualitative nature aimed to know and to analyze the possible interferences caused by the role of Campus São Vicente do Sul belonging to Farroupilha Fdral Institute in the context of the agro industrial activity in Jaguari, RS, because it is a surrounding municipality and it is characterized by economic development of this activity. Due to it is an overarching theme, as it involves a range of concepts and elements, a theoretical support based on literature in education, professionalization, sociology and management areas, besides papers in local and regional development area, and official documents. The documental analysis and application of semi structured questionnaires followed by tabulation of the data provided support the research methodologically. The analysis of responses to questions posed for teachers and managers on Campus and external community, group whose informants were people that perform the agro industrial activity or people that work in segments that maintain affinity with the agro industrial area of the Jaguari city, has brought significant results in relation to the defined goal. It demonstrates that the city has high expectations related to institution`s participation in actions for development and increasing of the agro industrial activity, as well as the manager ratify that interaction. However, the results indicate this participation is weakly consolidated, limited to meetings of awareness, lectures, basic courses, technical formation, support in project preparation and formation of associations. It was evident that the community looks forward by intensification of the research activities and by dissemination and application of experience, improving the productivity and quality of the products, strengthening the local economy with a focus on technological innovation.

Key word: Professional Education. Development. Agro industrial Activity

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CERTIFIC	Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CFICT	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores
COAGRI	Coordenação de Ensino Agrícola
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
ISAE	Instituto Superior de Administração e Economia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
NAPNES	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONG	Organização Não Governamental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPC	Plano Pedagógico de Curso
PROEJA	Educação Profissional de Jovens e Adultos Integrada ao Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESG	Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
URI	Universidade Regional Integrada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do <i>Campus</i> São Vicente do Sul	1
Figura 2. Localização do <i>Campus</i> Avançado Jaguari	2
Figura 3. Mapa do COREDE Vale do Jaguari	11

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ações participativas do <i>Campus</i> nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS.....	32
Tabela 2. Formas de contribuição do <i>Campus</i> para a melhoria da qualidade e produtividade das atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS	34
Tabela 3. Principais APLs relacionados pelos informantes para o município de Jaguari, RS	35
Tabela 4. Demandas para a oferta de cursos de curta duração – CFICT – Informantes Internos	36
Tabela 5. Conhecimento do processo de <i>feedback</i> em relação ao desempenho dos técnicos formados pelo <i>Campus</i> São Vicente do Sul	37
Tabela 6. Formas de Divulgação das ações de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo <i>Campus</i> São Vicente do Sul	38
Tabela 7. Conhecimento da comunidade externa relativo às instalações físicas e atividades do <i>Campus</i> São Vicente do Sul.	39
Tabela 8. Conhecimento dos objetivos e finalidades institucionais	39
Tabela 9. Efetividade das formas de comunicação.....	40
Tabela 10. Participação dos informantes em eventos organizados pelo <i>Campus</i>	40
Tabela 11. Razões da busca de capacitação junto ao <i>Campus</i>	41
Tabela 12. Conhecimento dos informantes sobre a atuação do <i>Campus</i> e seus resultados.....	42
Tabela 13. Nível de participação do <i>Campus</i> nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS.....	43
Tabela 14. Formas como se efetiva a participação do <i>Campus</i> nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS.....	43
Tabela 15. Expectativas quanto às atividades a serem desenvolvidas pelo <i>Campus</i> para a melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial no município de Jaguari, RS.....	44
Tabela 16. Rol de atividades de pesquisa e extensão viáveis no município de Jaguari, RS....	45
Tabela 17. Demandas para a oferta de cursos de curta duração – CFICT – Informantes Externos.....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	A INSTITUIÇÃO FORMADORA	6
2.1	Cursos, Habilitações e Programas Educacionais Especiais	8
2.2	Pesquisa e Extensão – Principais Ações Veiculadas pela Instituição Formadora	9
2.3	Caracterização do Contexto Regional da Instituição Formadora	10
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	13
3.2	A Problemática do Desenvolvimento	15
3.2.1	Considerações sobre local, região e território	17
3.2.2	Arranjos produtivos locais na região de inserção do <i>Campus</i> São Vicente do Sul	18
3.3	A Atividade Agroindustrial	20
4	METODOLOGIA	24
4.1	Tipo de Pesquisa	24
4.2	Universo da Pesquisa	24
4.3	Coleta e Análise dos Dados	25
5	ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES	27
5.1	Análise Curricular do Curso Técnico em Alimentos	27
5.2	Análise Curricular dos Cursos Técnicos da Área de Agropecuária – Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia Subsequentes.	29
5.3	Considerações gerais relativas aos PPCs	30
5.4	Análise dos Questionários	31
5.4.1	Informantes internos: professores e gestores do <i>Campus</i> São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS.	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
7	REFERÊNCIAS	48
8	ANEXOS	52
	Anexo A	53
	Anexo B	56
	Anexo C	59
	Anexo D	60
	Anexo E	61
	Anexo F	62

1 INTRODUÇÃO

O *Campus* São Vicente do Sul faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e seus *campi*. Os institutos federais possuem natureza jurídica de autarquia, são instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ofertantes de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

A região do Vale do Jaguari, no Estado do RS, onde está situado o *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha (**Figura 1**), e o seu *Campus* Avançado Jaguari (**Figura 2**), é marcada por uma vocação essencialmente agrícola e agroindustrial, apresentando oportunidades de investimentos em diversas áreas de produção, ensino, pesquisa e extensão.

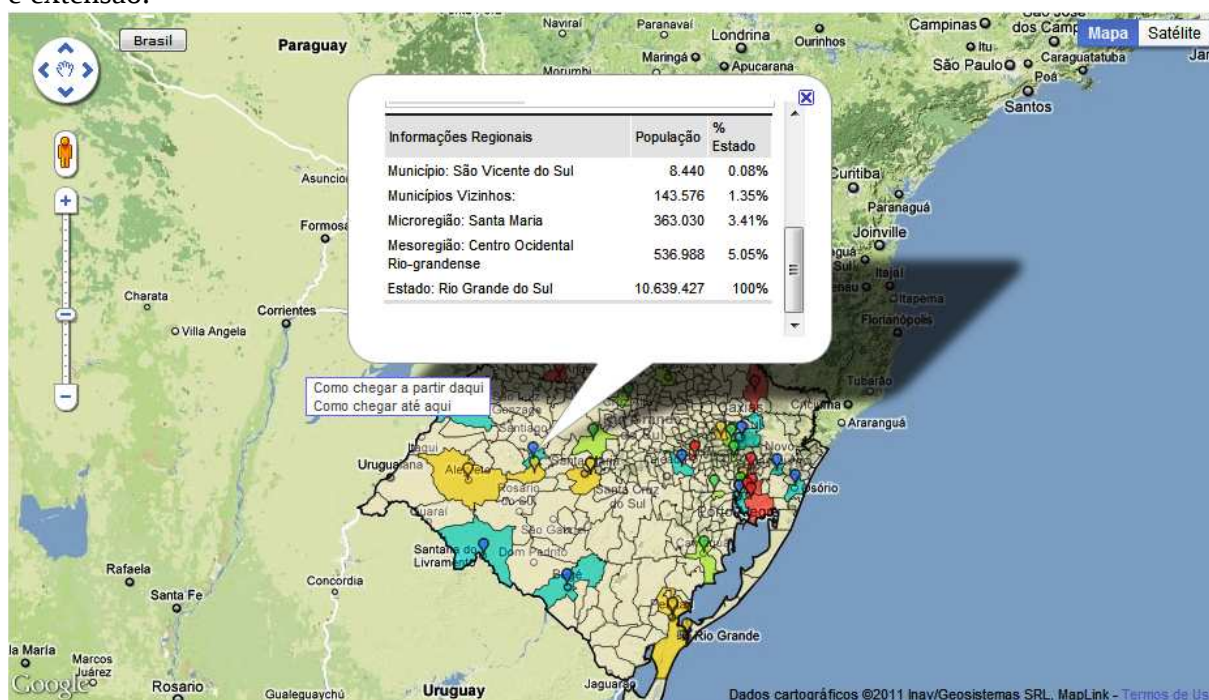


Figura 1. Localização do *Campus* São Vicente do Sul

O agronegócio² vem exercendo fortes influências no sentido de promover o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, com destaque para as regiões com vocação expressiva para as atividades agropecuárias. Quando se fala em agronegócio é relevante considerar que o mesmo envolve uma complexa rede de troca de mercadorias, serviços, dinheiro e informações entre os atores de uma cadeia produtiva. Envolve os fornecedores de insumos, bens e serviços, passando pela produção agropecuária, indo até as agroindústrias e distribuidores para, por fim, chegar ao consumidor. Nessa rota, a responsabilidade de um bom gerenciamento em todas as etapas, inclui as regras, determinações e concepções do agronegócio, desenvolvendo um trabalho que envolva múltiplos conhecimentos para atingir produtividade e qualidade.

Nesse contexto, cabe ressaltar que as atividades agropecuárias estão consolidadas como as raízes do processo de desenvolvimento das regiões e do País como um todo e contribuem, de forma determinante, para a geração de empregos e renda e para o aumento os níveis de equidade regional.

A transformação agroindustrial, na perspectiva do agronegócio é, sem dúvida, uma grande desencadeadora do desenvolvimento de uma região, pois possibilita, às famílias rurais, não somente um complemento de renda, mas também a melhoria da qualidade de vida, atuando também na diminuição do processo de êxodo rural, na união familiar, bem como, na opção de estar disponibilizando produtos saudáveis para um consumidor final.

As políticas educacionais brasileiras, especialmente aquelas voltadas para a educação profissional de nível técnico e tecnológico, buscam uma maior integração entre ensino e dinâmicas produtivas, através da atuação das instituições educacionais. Essas passam a ter a função de capacitar e apoiar o empreendedorismo rural, de forma a possibilitar o crescimento de unidades produtivas, em consonância com as perspectivas de desenvolvimento regional.

É nesse sentido que no ano de 2011 o Governo Federal criou e implantou o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), o qual é considerado, nos aspectos que norteiam sua criação, um “fator de organização da oferta de formação e capacitação profissional para todos os brasileiros e brasileiras”. Essa afirmação é da Presidenta Dilma Rousseff, em pronunciamento, no Palácio do Planalto, no dia 28 de abril de 2011, durante a cerimônia de lançamento do referido programa. Colocou, ainda, que o PRONATEC “vai além da esfera do ensino médio e inclui diferentes vertentes de aprimoramento dos trabalhadores ativos e de articulação com o mercado de trabalho”.

O *Campus* São Vicente do Sul do IF Farroupilha, RS, compartilhando da concepção de que, no momento atual, no Brasil, é crescente a necessidade da mão de obra qualificada para assegurar o pleno emprego e o consequente desenvolvimento das regiões, inseriu-se no programa através da oferta de cursos rápidos de qualificação profissional, abrangentes a determinados setores da economia, especialmente aqueles em que existe comprovada uma falta de trabalhadores e demanda de empregos no contexto do sistema produtivo.

Em seu pronunciamento já mencionado, a Presidenta ressaltou, ainda, que “se nós quisermos nos transformar em um país que agrega valor, nós temos de focar na qualidade do nosso trabalhador, seja ele trabalhador com ensino técnico regular derivado das escolas de ensino médio, seja ele um profissional capacitado nos institutos federais de educação tecnológica, seja ele fruto das universidades ou, pura e simplesmente, formado na vida diária do trabalho. Fazê-lo, se transforma no nosso desafio mais importante, quando se trata de discutir a qualidade da Educação.”

O que se busca, na verdade, é garantir ao estudante o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado

² Agronegócio é entendido, neste trabalho, como toda relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Embora o termo seja geralmente associado, pelo senso comum, aos grandes produtores, ele pode ser utilizado para referir-se a empreendimentos de qualquer porte.

dignamente à sua sociedade político-econômica. Marx (*apud in KONDER, 2006*) define a práxis como sendo o conjunto de atividades que visam transformar o mundo e, em particular, os meios e as relações de produção, sobre as quais repousam as estruturas sociais. Porém, isso não significa que a dimensão teórica subordine-se à prática. No marxismo, a práxis não se constitui em toda e qualquer prática, mas corresponde a atividades e escolhas conscientes, onde a teoria se faz um elemento necessário e indispensável.

Em se tratando de educação, Durkheim (1973) enfatiza que ela expressa uma doutrina pedagógica, que se apóia na concepção do homem e sociedade. Para ele, o processo educacional emerge através da família, igreja, escola e comunidade, numa interação contínua e, por essa razão, o homem necessita ser preparado para sua vida na sociedade. Esse processo preparatório é realizado tanto pela família como pelas instituições educacionais, o que reforça, mais uma vez, a importância de um processo formativo integrado à realidade social e econômica, na qual os indivíduos estão inseridos.

De acordo com o Documento Base da Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (2007), compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo. Não significa “aprender fazendo”, assim como não é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela para poder transformá-la.

Na sociedade moderna, a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura. A profissionalização se opõe à simples formação para o mercado de trabalho e passa a incorporar valores éticos, políticos, históricos e científicos. Entende-se, então, que formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas também proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas modernas. Significa habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem se limitar exclusivamente a elas.

O mesmo documento apresenta o seguinte pressuposto, que deve ser considerado para a elaboração dos projetos político-pedagógicos do ensino médio integrado à educação profissional:

a) Não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, é importante considerar os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais, as tendências da dinâmica sócio-produtiva local, regional, nacional e global.

É cabível colocar que, na história da educação brasileira, segundo Freitag (2005), não houve momento em que houvesse iniciativas governamentais tão intensas no campo educacional como na década de 65 a 75. Naquele período, os órgãos oficiais passaram a atribuir elevada importância à educação, entendendo-a como um fator básico de desenvolvimento do País.

Atualmente, essa situação se repete, quando, após mais uma década de desatenções no âmbito educacional, as políticas governamentais do então Governo Lula voltaram a elevar a educação ao patamar de mola propulsora do desenvolvimento, especialmente através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, previstos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O desenvolvimento de novas tecnologias agropecuárias vem contribuindo para um significativo salto em termos de produtividade e competitividade da produção agrícola nacional. Este fato está intrinsecamente relacionado à gestão do conhecimento, através do qual se domina as novas tecnologias, associando-as à educação, impulsionando, de forma

especial, o desenvolvimento do interior do país, aumentando as condições de competitividade em relação à comercialização dos produtos junto ao mercado consumidor.

O presente estudo trabalha com a hipótese de que os recém criados Institutos Federais ainda estão em um processo de adaptação de suas ações aos seus novos objetivos, pois algumas das demandas existentes nas suas respectivas regiões de abrangência, principalmente no que se referem às ações de ensino, pesquisa e extensão, ainda não são inteiramente percebidas, criando uma lacuna na atuação do *Campus* na função de ator no processo de desenvolvimento regional.

Assim, diante do atual panorama da educação profissional do País, de seus preceitos e orientações, a problemática a ser abordada pela pesquisa proposta é relacionada à(s) forma(s) pela(s) qual(is) o *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha pode se tornar um diferencial na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari, RS.

Os objetivos traçados, considerando a problemática definida, e que nortearam as ações da pesquisa, voltaram-se para o conhecimento e análise das possíveis interferências provocadas pela atuação do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, no contexto da atividade agroindustrial do município em questão.

Para que fosse possível essa definição mais ampla, foi necessário o planejamento de etapas distintas, que se constituíram nos objetivos específicos, assim compreendidos:

- Análise dos planos pedagógicos de curso (PPCs) das habilitações técnicas voltadas para a agropecuária e produção alimentícia do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, em aspectos referentes a conteúdos programáticos, objetivos e perfil dos técnicos formados;
- Identificação das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no *Campus* São Vicente do Sul, relacionadas às atividades agroindustriais;
- Levantamento das propostas de cursos de curta duração, destinados à qualificação profissional de trabalhadores, a partir das demandas do PRONATEC e das possibilidades de contribuição dos mesmos para a atividade agroindustrial no município de Jaguari;
- Conhecimento relativo às representações da comunidade do município de Jaguari, RS, em relação ao papel do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha como promotor do desenvolvimento regional no âmbito das atividades agroindustriais;
- Definição das principais contribuições do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha para as agroindústrias do município de Jaguari, RS;
- Conhecimento das expectativas dos trabalhadores do município de Jaguari, atuantes nas atividades agroindustriais, em relação às possibilidades que podem ser criadas a partir da atuação do *Campus* São Vicente do Sul.

Para levantar tais informações, foram elaborados questionários com perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados coletados possibilitou o alcance dos objetivos acima definidos.

2 A INSTITUIÇÃO FORMADORA

Os trabalhos da presente pesquisa partem da definição da instituição formadora dos profissionais – técnicos de nível médio. Trata-se do Instituto Federal Farroupilha, RS, especificamente do seu *Campus* São Vicente do Sul.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas unidades de ensino, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29/12/2008. A criação do Instituto Federal Farroupilha e seus campi assume, em primeira mão, um importante papel no seu contexto de atuação: o de constituir-se em agente propulsor de desenvolvimento regional, atuante nas mais diversas áreas e setores da economia rio-grandense, baseado na realidade até então analisada. Os *campi* que ora constituem o Instituto são: Alegrete, Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Borja, Panambi, São Vicente do Sul, Santa Rosa e *Campus* Avançado Jaguari, vinculado a São Vicente do Sul.

A origem do *Campus* São Vicente do Sul data de 17 de novembro de 1954, quando, através de Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, surge a Escola de Iniciação Agrícola, de acordo com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 e janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.178, a então Escola de Iniciação Agrícola foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola, sendo que em 1969, através do Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, onde estabeleceu que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM.

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto nº 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Em seguida, através do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, então, pelo Decreto nº 99.180 foi criada a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, Todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas.

A Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966.

Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, de 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul. Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFET à condição de Instituições de Ensino Superior.

Por fim, em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 subsequente criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União de 07 subsequente, estabeleceu a relação dos *campi* componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o *Campus* São Vicente do Sul, RS.

A mesma lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica trouxe, em seu texto, precisamente em seu Artigo 7, os objetivos dos institutos, pelos quais os mesmos devem atuar como impulsionadores do desenvolvimento regional.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

...

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008, Diário Oficial da União de 30/12/2008).

Dessa forma, a missão determinada para o Instituto Federal Farroupilha, igualmente concebida pelos seus *campi*, volta-se para o fim de “promover a educação profissional, científica e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.”

Os valores estabelecidos foram definidos com base em princípios de desenvolvimento ético e social, qualidade e inovação e, ainda, humanização. Sob o aspecto do desenvolvimento ético e social, deverá gerar e manter o comportamento ético nas ações e relações interpessoais, formando o cidadão integrado no contexto social, realizando ações interativas para o desenvolvimento tecnológico, no sentido de promover uma fusão dos valores éticos, humanos, sociais e tecnológicos.

Quanto à qualidade e inovação, deverá o Instituto efetuar mudanças através de uma postura empreendedora e competência profissional dos servidores, promovendo a melhoria contínua em busca da excelência nos serviços oferecidos à sociedade. Trata-se da fusão da Inovação, Qualidade e Excelência.

Por fim, a humanização, que é a valorização do ser humano como foco das decisões, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para a integração com todos os segmentos sociais formando um cidadão comprometido com o desenvolvimento regional, fundindo os valores Humanos, Sociais e Sustentabilidade, Sintonia e Flexibilidade e Comprometimento.

Pela definição de suas características e objetivos, segundo Silva (Org.), a educação é entendida como:

[...] instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da existência humana. É nesse sentido que deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Os institutos federais devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas

vivências, conjugando-os com àqueles presentes nos currículos formais. (2009, p.11)

Assim, a criação dos Institutos Federais trouxe à tona um novo conceito para a educação profissional e tecnológica, que reporta a uma institucionalidade repensada estrategicamente, a fim de democratizar o conhecimento científico e tecnológico, sem que deixe de valorizar o conhecimento popular, construído pelas experiências e vivências dos indivíduos.

2.1 Cursos, Habilitações e Programas Educacionais Especiais

Atualmente, o *Campus* São Vicente do Sul oferece cursos técnicos, nas modalidades concomitante, integrada e subsequente ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, bem como pós-graduação *lato sensu*.

Os cursos técnicos abrangem as áreas de Agropecuária (Agricultura e Zootecnia), Informática, Secretariado, Química (Alimentos) e o Curso Técnico em Biocombustíveis, implantado e desenvolvido na modalidade “fora de sede”, através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, RS.

O PROEJA (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional) é oferecido nas habilitações de Técnico em Informática e Técnico em Vendas.

Em nível superior, mantém os cursos de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Pública e Licenciaturas em Biologia e em Química e, em nível de pós-graduação, oferece cursos de Especialização em Ciências Agrárias e em Gestão Pública.

Além desses, na modalidade PROEJA-FIC, destinada à formação em nível de ensino fundamental, oferece a Qualificação Profissional em Panificação. Importante ressaltar que essa modalidade educacional é desenvolvida através de parcerias (Convênios) firmados com prefeituras municipais da região e sistema prisional, este para qualificação de apenados dos regimes fechado e semi-aberto. Assim, o PROEJA-FIC se consolida como uma oportunidade de ofertar cursos a cidadãos considerados excluídos do processo de formação técnica, por não possuírem o ensino fundamental.

O *Campus* inseriu-se, ainda, no ano de 2010, nas ações da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC, que é uma política pública de inclusão social instituída através da articulação do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, em cooperação com outras instituições/organizações. O Programa volta-se ao atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada. As atividades de sua implantação tiveram início no primeiro semestre de 2010, envolvendo os municípios de São Vicente do Sul, São Pedro do Sul, Jaguari e Cacequi.

Pautando-se em decisões coletivas, existe uma preocupação do *Campus* em equilibrar as ofertas educacionais às metas propostas, analisando a eficiência/eficácia dos cursos e habilitações a serem ofertados e desenvolvidos, bem como primar pela utilização de dados estatísticos, com vistas ao replanejamento e à revisão de ofertas.

No que tange aos aspectos de inclusão social, o *Campus* conta com o NAPNES – Núcleo de Atendimento a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais – e com o NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, os quais consolidam as principais ações de inclusão social junto à comunidade regional.

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNES) foi criado pela Portaria nº 32, em maio de 2005, sendo um setor deliberativo que responde pelas ações do programa TecNep na Instituição. O Núcleo tem por finalidade

promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação. É formado por uma coordenação e por vários membros do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul, entre os quais estão técnico-administrativos, docentes, alunos, pais e demais representantes da comunidade.

2.2 Pesquisa e Extensão – Principais Ações Veiculadas pela Instituição Formadora

A pesquisa é uma das atividades básicas do Instituto Federal Farroupilha, assim como o ensino e a extensão. Tem como seus objetos centrais a tecnologia e o trabalho como categoria de saber e produção. Essa atividade propõe a busca por soluções tecnológicas e o desenvolvimento de mecanismos de gestão da tecnologia, visando identificar alternativas inovadoras para resoluções de problemas sociais nos âmbitos locais e regionais.

A pesquisa é estimuladora de atividades criadoras. Na medida em que essa atividade se fortalece a partir dos compromissos educacionais do Instituto, os seus resultados são capazes de estender benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político e ambiental.

A concepção de pesquisa, nas Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais, ressalta a interligação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a busca de soluções dos problemas atuais. Ela deve vir ancorada em dois princípios: o científico, que se consolida na construção da ciência, e o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. Da mesma forma, a pesquisa está presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação entre distintos saberes e se afirma na indissociabilidade do ensino e da extensão.

Em relação às ações de pesquisa, no âmbito do *Campus* São Vicente do Sul, reconhece-se a necessidade de investir nessa área, de forma a promover um permanente envolvimento com os setores produtivos e a sociedade das áreas de abrangência da Instituição.

Dentre as principais ações de pesquisa no contexto do *Campus*, destaca-se a criação do grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ciências Biológicas, que envolve professores da área e demais interessados, alunos e técnicos, com a finalidade de promover a discussão, elaboração e execução de projetos de pesquisa em Biologia.

Algumas ações de relevância são o desenvolvimento do Projeto de Micropropagação e Análise da Qualidade Fisiológica de Sementes de Anis (*Pimpinella anisum* L.) e o PET Biologia, que se trata de um Programa de Educação Tutorial, com vista a promover a formação complementar e integral de alunos, através de atividades de ensino-pesquisa-extensão.

Na área de Informática, as atividades de pesquisa envolvem professores e alunos dos cursos Técnico em Informática e de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com destaque para as seguintes ações: desenvolvimento de um Sistema Especialista em Georreferenciamento para o setor de Estágios; Projeto de Avaliação de Desempenho da Rede Interna de Computadores e também o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de Informações Institucionais.

Importante ressaltar, neste contexto relacionado à pesquisa, a efetivação de parcerias interinstitucionais que visam à consecução de recursos externos para investimentos em tais ações, com destaque para a Fundação Vitae, cujo último projeto obteve aprovação e é voltado para a área de “Georreferenciamento com Base em Geomática e Sistemas Computacionais na Agropecuária”.

Relativamente às atividades de Extensão, as ações desenvolvidas inserem-se em processos educativos, científicos, artístico-culturais e desportivos. A extensão articula-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, buscando intensificar uma relação transformadora entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e a sociedade. Tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, através de empreendimentos conjuntos com órgãos de fomento e, ainda, consignando, em seu orçamento, recursos específicos para esse fim.

Assim, as políticas de extensão do Instituto Federal Farroupilha consideram, especialmente, para o seu direcionamento, como preceitos legais, a Lei nº 9.394/96, na qual é referido que a educação superior tem por finalidade promover, através do ensino, a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, estimulando o conhecimento dos problemas do mundo e prestando serviços especializados às comunidades, numa relação de reciprocidade. Na mesma Lei está prevista a finalidade de promover a extensão, de forma aberta à participação da população, com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica da instituição de ensino.

Também é observada, com rigor, a Lei nº 11.892/08, que trata da criação dos Institutos Federais. Determina a esses, dentre as suas finalidades e características, a atribuição de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, em consonância com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No âmbito do *Campus* São Vicente do Sul, a extensão vem se consolidando enquanto espaço de aprendizagem e de contribuição com a sociedade, ganhando reconhecimento institucional e inserindo a instituição no contexto da sua região de abrangência. São ações fundamentadas em projetos que buscam construir respostas a problemas homogêneos de uma sociedade heterogênea. A extensão dialoga com as várias interfaces da sociedade, num meio que é cultural, social, ambiental, político e técnico e não atua baseada somente no repasse de informações técnicas, pois a reprodução de saberes por si só torna-se estéril e é impossível uma ação transformadora que considere somente o horizonte técnico.

Os projetos de extensão são construídos como elementos fundamentalmente integrados às práticas de ensino e às estratégias da atividade de pesquisa. Como prática acadêmica, interligando as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, a extensão consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

As principais ações extensionistas do *Campus* São Vicente do Sul desenvolvidas em 2010, abrangem as seguintes temáticas: práticas de aproveitamento total de alimentos; conversão em Língua Inglesa e Língua Espanhola; GPS; práticas agropecuárias, manejo ecológico de solos e da água, produção de fermentados; formação de professores; panificação, técnicas de secretariado, informática básica e informática especial para pessoas com deficiência, redação, entre outras.

A relação de área elencadas, em sua diversidade de temáticas envolvidas, serve de exemplo comprobatório de que o *Campus* preocupa-se em atender, nas atividades de extensão, as reais demandas da comunidade, visto que os cursos são definidos, *a priori*, em função das reivindicações da população.

2.3 Caracterização do Contexto Regional da Instituição Formadora

Como foi visto até este momento, a questão do desenvolvimento regional remete à necessidade de conhecer as relações sociais, os aspectos culturais, assim como a história da região objeto das ações desenvolvimentista.

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Jaguari (**Figura 3**), no qual se insere a instituição educativa ora analisada, concentra uma população total de 117.250 habitantes, segundo dados registrados, em 2010, pela FEE (Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul), concentrados em uma área correspondente a 11.268 km², cuja densidade demográfica é de 10,4 hab/km². A região definida pelo COREDE compreende nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda³. Os municípios citados possuem características e expectativas comuns, considerados os aspectos sócio-econômicos, culturais e geográficos, em se tratando de desenvolvimento regional.

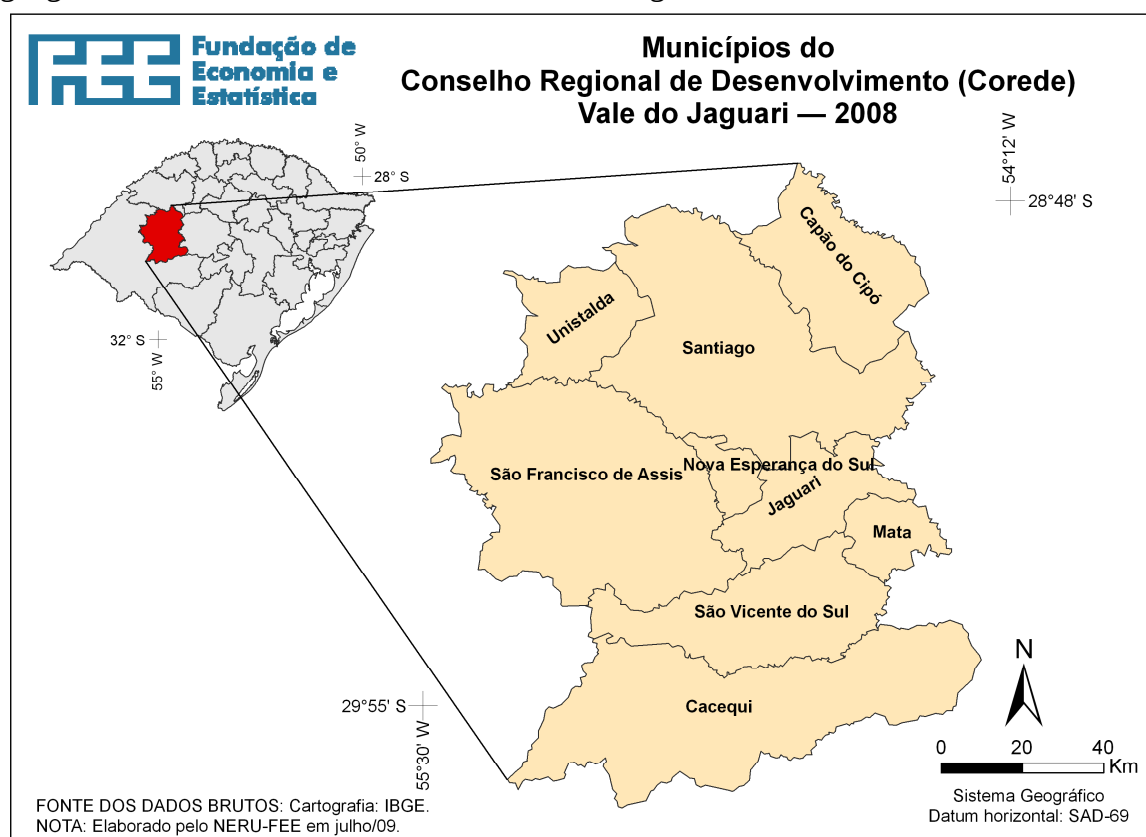


Figura 3. Mapa do COREDE Vale do Jaguari

As características geográficas da região, especialmente formada por serras e clima frio na maior parte do ano, são propícias ao desenvolvimento de culturas como os vinhedos e a cana-de-açúcar. Associa-se a esta realidade o fato de que a população local é descendente, em sua grande maioria, da colonização européia, em especial, colonização italiana. Salienta-se, ainda, que essa colonização trouxe consigo a vocação para a exploração da atividade agroindustrial, a qual foi sendo aperfeiçoada com o tempo e cada vez mais valorizada, tornando-se, para muitas famílias, especialmente as interioranas, a mais importante fonte de renda da família.

³ Fonte de dados:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Jaguari

Neste contexto, alguns investidores buscaram na atividade agroindustrial, não apenas a subsistência familiar, mas também um reconhecimento, em âmbito regional ou até mesmo estadual, pela qualidade dos produtos industrializados, sem perda da essência do produto colonial. Esta realidade colabora para que a indústria de transformação seja uma excelente opção de renda, delineada a partir da produção de vinhos, cachaça, álcool e ainda produtos coloniais, como doces, queijos, embutidos e até mesmo artesanato⁴.

É necessário considerar, ainda, que o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul apresenta uma trajetória intimamente ligada à da economia brasileira, ou seja, passou de uma estrutura agrária para consolidação de um parque industrial integrado e desenvolvido. No entanto, esta inversão no eixo dinâmico da economia produziu não apenas desigualdades de crescimento em nível nacional – maior industrialização e crescimento no centro-sul do País – bem como dentre as diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Essa assimetria do crescimento acabou gerando, dois estados distintos: um compreendido pelas regiões Norte-Nordeste, industrializado e desenvolvido e outro formado pelas regiões Centro-Sul, pouco industrializada, dependente do setor primário e com pífios indicadores de crescimento e renda *per capita*.

⁴ Para uma discussão sobre pluriatividade e agricultura familiar, ver SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A história da educação profissional e tecnológica no Brasil teve início, formalmente, pela edição do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o qual oficializou a criação de 19 escolas de aprendizes e artífices no País, pelo Presidente da República Nilo Peçanha.

Anteriormente, a Constituição Republicana de 1891 atribuía à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos Estados o ensino fundamental e profissional. Dessa forma, dava-se continuidade ao sistema dualista e tradicional da educação nacional, com ênfase a um viés elitista, visto que a educação elementar, que contemplava o ensino fundamental e profissional, recebia menor atenção, e o ensino secundário permanecia acadêmico e voltado para a preparação aos cursos superiores. (ARANHA, 2006, p.299).

Em relação à educação para o trabalho, segundo Soares e Tavares (1999, p. 20) “... a destinação desse tipo de ensino era aos aleijados, filhos de ex-escravos e outros desvalidos da sorte, era assumida pelo discurso do estado, que à época, já consolidava o caráter dual entre o ensino profissional e o propedêutico”.

Trecho da legislação supramencionada é claro sobre a matéria, quando registra:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias o meio de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso torna-se necessário não só habilitar os filhos de desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábito de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação. (Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909).

Decorrido um ano de sua criação, o ensino agrícola foi regulamentado pelo Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910, ainda durante o Governo Nilo Peçanha. O Decreto estabeleceu as normas para criação e funcionamento de aprendizados agrícolas, escolas especiais de agricultura, aprendizado doméstico agrícola, cursos práticos, cursos ambulantes, estações e fazendas experimentais, postos zootécnicos e outras instituições.

É interessante atentar para a dicotomia existente, já naquele período, em relação ao ensino propedêutico e o ensino profissionalizante, o que Kuenzer (2003) aborda como uma dualidade estrutural, ou seja, um tipo de ensino voltado ao desenvolvimento de atividades intelectuais e o outro para atividades instrumentais. Com essa dualidade criada no sistema educacional reproduz-se a força de trabalho para o processo produtivo, além de garantir a consolidação e reprodução de uma sociedade de classes (FREITAG, 1980, p. 54).

Foi nas décadas de 20 e 30 que a educação passou a exercer um papel mais relevante no contexto econômico da nação. A burguesia industrial necessitava do apoio das massas para se impor como classe dominante. Em troca de apoio, apresentava vasto programa de expansão industrial, que direcionava para perspectivas de emprego e elevação do nível de vida dos trabalhadores e demais setores da pequena burguesia (MACHADO, 1989, p. 50).

Nesse período, veio à tona a ideia da criação de um Plano Nacional de Educação com a definição de diretrizes e bases curriculares. Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e criou, então, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

No ano de 1934, as Escolas de Aprendizes Artífices, então geridas pela Inspetoria do Ensino Profissional Técnico do Ministério da Educação e Saúde Pública, tinham um projeto mais objetivo voltado à implementação do ensino industrial. Com isso, firmava-se a intenção de industrialização das oficinas e remuneração dos alunos mais empenhados, como forma de

estimulá-los a concluir os cursos, aumentando gradativamente o percentual de produção distribuído entre eles e consolidando um projeto de crescimento e modernização nacional.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola classificava os estabelecimentos de ensino agrícola em Escolas de Iniciação Agrícola, as quais teriam a incumbência de ministrar as primeiras e segundas séries do primeiro ciclo (ginasial) e o aluno que concluísse o curso receberia o certificado de Operário Agrícola. Já nas Escolas Agrícolas que ministravam as quatro séries do primeiro ciclo (ginasial), o aluno faria jus ao certificado de Mestre Agrícola. Nas Escolas Agrotécnicas, onde eram ministradas as quatro séries do primeiro ciclo (ginasial) e as três séries do segundo ciclo (colegial), eram emitidos, aos concluintes, os diplomas de: Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola (FRANCO, 1999).

Assim, o ensino agrícola atendia a estratificação da sociedade, dando *status* diferenciados de formação de acordo com a possibilidade e necessidade de cada estudante. Porém, com algumas ressalvas, os cursos técnicos profissionalizantes não davam acesso ao ensino superior. “Em consequência disso, a elite seguia outra trajetória, que era o ensino primário seguido pelo secundário propedêutico, completado pelo ensino superior, este sim dividido em ramos profissionais” (KUENZER, 1995, p. 122).

Hoje, no Brasil, a formação profissional é uma realidade tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas, onde atinge melhor eficiência aquela que oferece, ao mercado de trabalho, profissionais que, ao mesmo tempo, conheçam as tecnologias modernas utilizadas pelas empresas e estejam preparados para absorver as novas tecnologias que surgem todos os dias. Nas últimas décadas, com o aprimoramento e surgimento dessas novas tecnologias, mudanças expressivas ocorreram no setor produtivo. Na educação não poderia ser diferente, pois é fundamental que o processo formativo esteja em sintonia com as inovações.

Conforme afirmado por Blum (2001), para que haja um avanço tecnológico a médio e longo prazo, será necessário atuar na educação formal, colocando à disposição dos sujeitos o ensino fundamental e médio e dar condições para que possam deles usufruir. Esta seria, segundo o autor, a maneira mais eficaz de promover o desenvolvimento das famílias e das comunidades rurais. Há de se atentar para as instituições que oferecem ensino técnico na área da agropecuária, como uma das estratégias desenvolvimentistas possíveis, uma vez que proporcionam conhecimentos compatíveis com o meio e possibilitam que os beneficiados pelos saberes, sejam responsáveis pela transformação das propriedades e de seu mundo.

Wittaczik (2007) afirma que a proposta de uma educação profissional mais abrangente deve ir além do adestramento nas técnicas de trabalho e, para isso, são necessárias novas propostas curriculares, em que pese o desenvolvimento de competências profissionais que atendam ao novo perfil produtivo e tecnológico.

Cabe, aqui, uma breve abordagem direcionada à forma como a sociologia pode contribuir para a compreensão da educação profissional e tecnológica como um instrumento de desenvolvimento social, seja no sentido de formar cidadãos e prepará-los para uma atividade produtiva, ou para discutir outros modos de recusa do conformismo, o que faz surgir não somente o interesse pelo ensino técnico, mas também pela educação para o mundo do trabalho. (ARANHA, 2006, p. 255).

Em termos gerais e de acordo com Ioschpe (2004, p. 15) a educação não é somente um direito dos cidadãos, à medida que se constitui em um patrimônio estratégico do País e em ferramenta essencial ao seu desenvolvimento. A educação deve ser delineada para atingir sua configuração ideal, ou seja, deve servir à sua função e realizar seu valor, deixando de ser entendida apenas como um fim em si mesma, passando a ser concebida como uma alavanca para o progresso do País.

Essa é a proposta contemplada a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) da rede de educação profissional e tecnológica do País, já que

essas Instituições de ensino devem, a princípio, segundo suas diretrizes, contribuir intrinsecamente para o desenvolvimento local e regional, promovendo melhorias no padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas, especialmente através da oferta de cursos articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho e renda.

3.2 A Problemática do Desenvolvimento

Questões relacionadas com o conceito de desenvolvimento são muito trabalhadas nos meios acadêmicos, especialmente na promoção de discussões sobre a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Nesse estudo, buscou-se entender algumas conceituações desse termo, para tornar possível a elaboração de uma análise sobre o papel do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul como promotor do desenvolvimento regional e seus possíveis impactos sobre as agroindústrias do município de Jaguari, RS. É importante compreender que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam”. (SCATOLIN, 1989, p. 24)

Para sistematizar as aferições sobre a melhor utilização dessa terminologia no decorrer do trabalho, foi necessário conhecer a etimologia da expressão “desenvolvimento”. A palavra em questão está vinculada a duas expressões distintas, “des” e “envolvimento” que, quando analisadas separadamente, possibilita uma melhor interpretação sobre sua real intenção. Dessa forma, pode-se depreender que desenvolver é tirar o que envolve, trazer à tona, dar conhecimento de algo antes desconhecido.

Segundo Pizzi, em seu artigo “O desenvolvimento e suas exigências morais” (2005), em uma perspectiva positivista o termo remete a um progresso sistemático, com etapas sucessivas, geralmente referindo-se à superação de um estágio inferior para um momento superior. O autor relata também que, na racionalidade moderna, o termo é vinculado a uma percepção de crescimento, que, reforçado pela expressão oriunda do final da segunda guerra “subdesenvolvimento”, que remete a um estado de estagnação, atraso, ganhando uma designação oposta ao desenvolvimento, passa a ser utilizado como desígnio de progresso material, salientando aspectos quantitativos, como renda *per capita*, comércio, investimentos.

No entanto, esta definição antagonista, vista como a capacidade de opor-se ao subdesenvolvimento, ou então, como designação de situação econômica de certas regiões ou países, suscita contradições, pois, ao observar unicamente aspectos quantitativos, deixam-se de lado outros aspectos como herança cultural, crenças, hábitos necessários para cunhar um diagnóstico sobre desenvolvimento. Por ora, as inferências concebidas através desta concepção de desenvolvimento podem qualificar um país como economicamente subdesenvolvido, ao ponto que não é possível interpor juízo quanto ao seu estado sócio-cultural.

Dessa forma, a expressão “desenvolvimento” aceita diversas acepções sobre suas aplicações. É possível observar que a sua compreensão transpassa por diferentes planos, como o moral, intelectual, econômico, social, entre outros. Neste trabalho, no entanto, não há um interesse em contrapor diferentes concepções de desenvolvimento, mas sim identificar aspectos comuns às diferentes acepções que serão apresentadas para tornar possível a verificação de uma realidade.

Gaulet (2002) apresenta algumas considerações conceituais sobre o que ele chamou de “desenvolvimento ideal”, salientando três aspectos fundamentais e institucionalmente aceitos: Distinção entre possuir um bem e estar bem; Identificação da base da vida numa sociedade equilibrada; e a Atitude da sociedade frente à natureza. Essa concepção de desenvolvimento alimenta uma asserção de desenvolvimento como bem estar material, o nível de vida da sociedade num cenário de progresso tecnológico, na liberdade de escolha, numa maior

tolerância (política, religiosa, ideológica, cultural) assim como na qualidade dos serviços (públicos e privados). No entanto, essa concepção vem sendo alvo de críticas que afirmam ser uma visão de desenvolvimento nitidamente de primeiro mundo.

Castro (1996) concebeu outra perspectiva ao termo “desenvolvimento”, ao utilizá-lo sob uma visão sustentável que por sua vez diz respeito à capacidade de adaptação do desenvolvimento às necessidade de preservação ambiental. O “Desenvolvimento Sustentável” é uma das variações da utilização do termo mais propaladas atualmente, que basicamente salienta a necessidade de diminuição dos danos ao meio ambiente sem, no entanto, comprometer o crescimento econômico. Essa visão, embora ressalte a importância da preservação ambiental, não renuncia ao consumismo, tendo-o como principal elemento na vida da sociedade.

Outra aplicação do termo desenvolvimento refere-se ao “desenvolvimento emancipável”, onde a expressão emancipável remete à idéia de declarar alguém como independente, livre de coerção. Este conceito traduz a necessidade libertar-se de obstáculos e alienações, que impedem o desenvolvimento saudável. É uma visão de desenvolvimento que não se refere à libertação do indivíduo do sistema social, tornando-o isento de suas responsabilidades morais, mas sim à capacidade de fazer uso livre da razão. Segundo Hoffe (1994), sua meta é garantir a autodeterminação do sujeito, de forma a garantir sua liberdade política, seus direitos fundamentais, o acesso à educação, ao trabalho, assim como a igualdade de oportunidades.

Essas são algumas acepções do termo “desenvolvimento”, que evidenciam a ampla gama de conceitos possíveis para o uso da expressão. Podemos observar que o entendimento de desenvolvimento apresenta dois aspectos, o fático e o normativo. Muller (1997) aponta que o desenvolvimento fático abrange aspectos econômicos, tecnológicos, consumidor, ou seja, aqueles que interferem na qualidade material de vida. Quando ao aspecto normativo do desenvolvimento, este diz respeito a uma exigência moral, a princípios que determinam o que é bom ou não, o que é justo ou injusto.

Dessa forma, Gaulet (2002) enumera seis dimensões essenciais para que exista o autêntico desenvolvimento, compreendidas: um componente econômico, encarregado de criar uma riqueza autêntica e de melhores condições de vida material, equitativamente distribuída; um ingrediente social, calculado em termos de bem-estar em relação à saúde, educação, habitação e emprego; uma dimensão política, que abarque valores como os direitos humanos, a liberdade política, a emancipação legal do indivíduo e uma razoável democracia; um elemento cultural, que reconheça o fato de que as culturas garantem a identidade e a auto-estima das pessoas; um meio-ambiente saudável; e, por fim, uma outra dimensão, qualificada por alguns como o paradigma da vida plena, referindo-se aos sistemas e crenças simbólicas, voltadas ao significado último da vida, da história (e da realidade cósmica) e as possibilidades de transcendência.

Feitas as considerações acerca das diferentes concepções sobre o termo desenvolvimento, e, reforçando que o objetivo da pesquisa não é discorrer sobre qual a correta definição da expressão, mas sim possibilitar, por meio da observação dos diversos entendimentos, sua melhor utilização, adotar-se-á, para fins de análise, a definição de desenvolvimento como um crescimento econômico sustentável, proporcionado pelo estímulo do uso da razão e da tecnologia, incidindo na melhoria da qualidade de vida da sociedade, respeitando sua realidade social e cultural e demais peculiaridades.

Em conseqüente à verificação da acepção atual do termo desenvolvimento pode-se observar certa proximidade quanto à utilização da expressão “desenvolvimento regional”, pois como foi observado por Gaulet (2002), uma das dimensões necessárias para que se observe o autêntico desenvolvimento é a observância dos aspectos regionais, onde está presente uma cultura histórica, que permeiam as relações sociais dos indivíduos que integram tal local. No

entanto, verificando a complexa gama de entendimentos sobre a associação de significado ao termo desenvolvimento é importante relacionar tal situação a um determinado caso, como por exemplo, ao contexto regional.

3.2.1 Considerações sobre local, região e território

Ao adotar a questão do desenvolvimento em âmbito regional é necessário trazer ao estudo algumas considerações sobre a questão da definição do termo “região”, assim como verificar quais suas características, implicações, e quais suas diferenças ou similaridades com os conceitos dos elementos “local” e “território”, muitas vezes utilizados como sinônimo de região.

Haesbaert (2006, p. 150) afirma que “região” possui dois sentidos principais: pode ser entendida como um produto genérico, oriundo de um determinado método de regionalização, ou seja, um recorte coerente orientado por determinados princípios e características, geralmente econômicas; ou como um local construído através de “processos sociais específicos, principalmente os regionalismos (políticos) e as identidades culturais (ditas “regionais”)”.

A utilização da expressão “local”, segundo Santos (2002), assim como o conceito de região, apresentado por Haesbaert (2006), remete a um espaço não necessariamente proporcionado por um recorte administrativo, geográfico, mas sim definido pelos o conjunto de existentes um determinado ambiente, ou seja, na definição de um local devem ser levadas em conta as heterogeneidades, as especificidades desse. Assim como Santos, Anése (2009, p. 18) se utilizou do conceito de local como sendo um “ambiente que fornece aos atores locais condições de informação e comunicação que permite o estabelecimento de rede entre os mesmos”, ou seja, o local não se restringe a um simples recorte geográfico, mas sim às dinâmicas sociais nele existentes.

Outra denominação bastante utilizada que se confunde com região e local é o “território”. Becker (1983) afirma que território é um elemento produzido pela prática social, consumido, vivido e utilizado como meio. Ainda, segundo Raffestin (1993), o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, e também, considera que espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. O conceito de território se incorporaria à apropriação do espaço pela ação social de seus atores.

Pecqueur (2000) levanta a importância da compreensão dos dois tipos de territórios: O território dado, estabelecido por decisão politico-administrativa, definido num processo de cima para baixo, objetivando a implantação de políticas de desenvolvimento pré-definidas; e o território construído, formado a partir de um encontro de atores sociais, considerado, para esse fim, um espaço geográfico no qual se procura a solução para um problema comum.

A definição de “território”, segundo o sentido antropológico citado por Tizon (1995), compreende o ambiente de vida, ação pensamento de uma determinada comunidade, e está relacionado aos processos de construção de uma identidade própria.

Desta forma, a questão do desenvolvimento regional ganha caráter endógeno. Segundo Friedmann e Weaver (1979), a força territorial é derivada das ligações sociais históricas, da cultura de um determinado lugar. O desenvolvimento endógeno ou local passa a ser um processo de crescimento econômico, de mudança, liderado pela comunidade de um determinado local ao se utilizar suas potencialidades produtivas, visando um aumento na qualidade de vida da população (BARQUERO, 2001).

No entanto, Paiva (2006) afirma que nenhum subsistema pode se desenvolver sem relação com o sistema maior do qual faz parte. O autor adota uma analogia ao ser humano, ou seja, uma criança não se torna adulta sem um processo endógeno de reconhecimento crítico de

que está submersa em um sistema de padrões e organizações. Porém, para esta criança se tornar adulta existe a necessidade de mediação “exógena”, ou seja, do reconhecimento dos demais sistemas com os quais interage.

O debate em torno do conceito de região está centrado na procura de uma definição e um método que possam fornecer à geografia a sua identidade, diferenciando-a tanto das ciências naturais, como das ciências sociais. A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, sendo entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural. Dessa forma, ao estabelecer o local ou região como foco das estratégias de desenvolvimento, Santos (1995) afirma que é necessário compreender este espaço como sendo o teatro das ações humanas. O autor afirma também que no estudo sobre o desenvolvimento local deve-se abdicar da visão da geografia tradicional, que se interessa mais pela “forma” que por sua “formação”.

Com base nos conceitos analisados de “região”, “local” e “território” é possível observar que todos traduzem a idéia de um espaço não delimitado por barreiras físicas, mas sim como um produto das relações sociais, da cultura e sua história.

3.2.2 Arranjos produtivos locais na região de inserção do *Campus* São Vicente do Sul

Ao enfatizar as características regionais como potencial motivador do desenvolvimento torna-se necessária a realização de um estudo aprofundado para identificá-las. Atualmente, vem sendo adotada, como estratégia para auxiliar a formulação de políticas de desenvolvimento, a identificação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Segundo o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004, p.5)⁵, os APLs são assim entendidos:

[...] em linhas gerais, um APL se caracteriza por um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas.

Anése (2009), em sua tese sobre “Arranjos Produtivos Locais e Capital Social do Vale do Jaguari/RS”, elaborou um estudo para identificar os possíveis arranjos da região Vale do Jaguari, que compreende nove cidades, entre elas o município de Jaguari, RS.

Em sua pesquisa, criou três grupos distintos, com base em seu estudo sobre as características da região, levando em conta participação considerável na oferta de emprego da região, pela matéria-prima disponível e por terem uma participação estratégica importante na industrialização da região. Os grupos criados foram: setor de alimentos e bebidas; setor de madeira e móveis; e, por fim, setor de couro e calçados. Nesse estudo, o município de Jaguari se destacou no grupo de alimentos e bebidas, sendo que, dos nove municípios estudados, foi o único que apresentou indústrias vinícolas.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio define quatro variáveis determinantes para se identificar um APL. A primeira refere-se à concentração setorial de empreendimentos no território, onde se entende, por concentração, a quantidade de empreendimentos relevantes para o contexto econômico local ou regional, de forma predominante micro, pequeno e médio porte. Um APL, em relação ao número mínimo de unidades produtivas que o compõe, deve ser relativizado também quanto às particularidades do setor e do território onde se localiza.

Aqui, o conceito de empreendimento é aquele relacionado à unidade produtiva, considerando empreendimentos de natureza individual e coletiva. Já por concentração

⁵ Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf.

setorial, entende-se um complexo produtivo, que engloba também atividades menos estruturadas, com predominância de atividades de um setor determinado.

Ainda em relação aos APLs, por território entende-se o seu espaço físico, o qual não deve ultrapassar a dimensão microrregional, podendo, entretanto, um APL, dilatar os limites geográficos, políticos e administrativos formais. Essa delimitação depende da concentração e da dinâmica da atividade econômica, podendo ser relativa a um município, parte de um município ou um conjunto de municípios, situados em um mesmo estado ou na confluência de dois ou mais estados.

A segunda variável estabelecida pelo MDIC condiz com a concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL, ou seja, trata-se da quantidade de indivíduos ocupados, relevante para o contexto econômico local ou regional, levando-se em conta as particularidades do setor e do território onde se localiza o arranjo.

Como terceira variável aparece a cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade. Entende-se por cooperação as formas percebidas de interação entre os atores do APL, para a realização de ações com objetivos comuns, relacionados ao desenvolvimento sustentável do arranjo.

Nesse caso, a cooperação pode ocorrer entre as unidades produtivas, entre essas e outras instituições presentes no arranjo (associações de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa, ONG...) e, ainda, entre instituições que atuam localmente.

Por fim, a quarta variável se define pela existência de mecanismos de governança, os quais, no APL, estão relacionados à existência de canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de liderar e organizar atores em prol de objetivos comuns nas atividades em APL; coordenar as ações dos diferentes atores para o cumprimento de objetivos comuns; negociar os processos decisórios locais ou promover processos de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Conforme consta no Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais do MDIC (2004, p.9):

O objetivo da adoção de ações integradas de políticas públicas para arranjos produtivos locais é estimular processos locais de desenvolvimento, através da promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos no território onde o APL está inserido. Busca-se, assim:

- O desenvolvimento econômico;
- A redução das desigualdades sociais e regionais;
- A inovação tecnológica;
- A expansão e a modernização da base produtiva;
- O crescimento do nível de emprego e renda;
- A redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas;
- O aumento da escolaridade e da capacitação;
- O aumento da produtividade e competitividade;
- O aumento das exportações.

Dessa forma, ao analisar a região na perspectiva metodológica da identificação e objetivos dos APLs, é possível identificar quais as contribuições que o Instituto Federal Farroupilha, através de seu *Campus* São Vicente do Sul, pode vir a oferecer à região. Conforme fica explicitado no presente documento do MDIC, o próprio Instituto faz parte do APL, como organização de ensino, principalmente por ter contemplado, em seus objetivos, a preocupação com o desenvolvimento regional.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003), os APLs podem ser entendidos como um sistema de inovação, o qual, por sua vez, pode ser definido como um agrupamento de diferentes instituições, as quais, de forma conjunta, ou individualmente, atuam pelo desenvolvimento e pela difusão de novas tecnologias.

Ao tomar como objeto de estudo as agroindústrias do município de Jaguari, RS, reforça-se a importância do Instituto Federal Farroupilha como disseminador de novas tecnologias que venham a auxiliar no desenvolvimento da atividade agroindustrial no município.

Considerados os aspectos culturais da região, é possível afirmar que as agroindústrias do município de Jaguari, RS, representam um grande potencial regional. O Ministério do Planejamento e Orçamento (1998), através da consultoria da FGV e ISAE, traz a seguinte definição para o termo “Potencialidades Regionais”:

[...] Conceitua-se Potencialidade como os recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas, (disponíveis, mas não utilizados ou total ou parcialmente utilizados) que, por suas características, têm apelo suficiente para estimular ou inibir a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica, considerados os limites e as características sócio-econômicas e ambientais da Área de Estudo. Destaque-se, como relevante, que esses recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades, para fins desse trabalho são, genericamente, chamados de Fatores Potenciais.

O mesmo documento discorre sobre as potencialidades regionais, ressaltando a diferença entre possibilidade e oportunidades, ou seja, uma potencialidade pode tornar-se uma oportunidade, no momento em que atende certas exigências, como incentivos, restrições, investimentos, de modo a agregar valor à possibilidade encontrada.

Dessa forma, é possível visualizar a importância da identificação dos APLs, para que seja possível racionalizar as ações das instituições envolvidas para um objetivo definido, neste caso as agroindústrias.

3.3 A Atividade Agroindustrial

A partir da percepção de que o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à realidade regional, e que esta pode ser entendida como as potencialidades apresentadas por uma região onde o conglomerado de instituições, entidades, produtores e empresas que fazem parte ou subsidiam uma determinada cadeia produtiva, identificam um APL, foi possível identificar que a atividade agroindustrial representa uma das mais significativas oportunidades de desenvolvimento no município de Jaguari, RS.

A atividade agroindustrial insere-se no contexto do agronegócio, entendido como toda relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Também chamado de *agrobusiness*, o agronegócio se constitui em uma perspectiva econômica relacionada às atividades da agricultura e da pecuária.

A divisão determinada para o agronegócio compreende três partes distintas, onde a primeira equivale aos negócios agropecuários propriamente ditos, que representam os produtores rurais, constituídos na forma de pessoas físicas ou jurídicas. Na segunda parte, estão os negócios à montante da agropecuária, representados pela indústria e comércio que fornecem insumos para a produção rural (fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos...).

Por fim, a terceira parte, a qual compreende os negócios à jusante, ou seja, as compras, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários até o consumidor final⁶. É nesse item que se revela a atividade agroindustrial.

O que é de conhecimento notório, na atualidade, é o fato de que o agronegócio é concebido como o motor da economia nacional, registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos, e mantém grande capacidade empregadora e de geração de renda, o que lhe dá importância crescente no processo de desenvolvimento econômico, por ser um

⁶ Referências disponíveis em <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudos.php?tipo=A>

setor dinâmico da economia e pela sua capacidade de impulsionar os demais setores. (COSTA, 2006)

Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro se desenvolveu em expressiva velocidade devido à modernização tecnológica do setor e o seu processo de crescimento contribui para diminuir a taxa de desemprego e conseqüentemente para melhorar as condições de vida da população, conciliando o desenvolvimento econômico com o social. (SILVA, 2008)

No entanto, a definição de Agroindústria é tão problemática quanto o termo “desenvolvimento” abordado anteriormente. Marx (1989) apresentou em sua obra “O Capital” um breve conceito sobre a agroindustrialização, onde essa era toda e qualquer atividade de manufaturas executadas numa unidade produtiva camponesa.

Parré (2002) apresenta, assim como Marx, uma definição “genérica” para agroindústria, que se refere ao estabelecimento que processa matérias-primas de origem agropecuária em novos produtos, de forma a agregar valor à produção inicial. Assim como Parré, Lauschner (1995) discorre que, em sentido amplo, uma agroindústria é o estabelecimento que transforma o produto oriundo da atividade agropecuária em sua forma natural ou manufaturada, para sua utilização intermediária ou final.

Os estudos sobre a industrialização de pequenas unidades rurais vêm se fortalecendo. No entanto, a denominação desses estabelecimentos que exercem atividades agroindustriais ainda é ponto de discordância entre os autores. É possível encontrar várias denominações, como agroindústria familiar, agroindustrial rural, agroindústria de pequeno porte, etc. Porém, as principais diferenças se restringem ao caráter terminológico, apresentando conteúdos semelhantes.

Wesz Junior (2009) apresentou as principais contribuições das agroindústrias para o fortalecimento e dinamização das economias locais. São três fatores relacionados ao maior valor agregado ao produto *in natura*, onde o produto final é acabado internamente na propriedade rural, ficando, assim, a totalidade do valor adicionado com o próprio produtor; a comercialização de forma direta, que aumenta a proximidade entre produtor e consumidor, diminuindo custos e oferecendo, adicionalmente, a garantia de oferta de um produto de origem conhecida; por fim, a geração de novos postos de trabalho nas comunidades rurais, uma maior ocupação da família, envolvimento dos produtores vizinhos, seja na ocupação de postos de trabalho sazonais ou mesmo na qualidade de fornecedores das matérias-primas necessárias ao processo produtivo.

O mesmo autor também apresenta fatores que podem ser assimilados como elementos condicionantes para a expansão das atividades agroindustriais. Tais fatores relacionam-se com a modernização agrícola, a implementação crescente de políticas públicas de fomento às atividades agroindustriais e, conforme sua pesquisa mostrou, a percepção dos produtores quanto à possibilidade de diversificação da produção como estratégia para diminuir a vulnerabilidade das famílias, que antes dependiam de uma cultura única.

Dentre os resultados de sua pesquisa, Wesz Junior (2008) identificou um aspecto importante, observado nas propriedades que resistiram aos processos de modernização agrícola e passaram a exercer atividades agroindustriais, que é a garantia da reprodução social dos membros das famílias. As propriedades que passaram a desenvolver atividade agroindustrial demonstraram maior capacidade de assegurar mais membros do seu grupo familiar do que as propriedades de agricultura familiar de mesmo porte. Portanto, a atividade agroindustrial apresenta-se como um importante mecanismo de fixação da população do campo, diminuindo o histórico problema do êxodo rural.

De acordo com Brumer (2006), a crescente migração campo-cidade é consequência de dois fatores principais: os fatores de atração da vida urbana, principalmente no que diz respeito ao trabalho remunerado, e os fatores de expulsão do meio rural, onde predomina a visão das dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola.

Singer (1973) classificou os fatores de expulsão em duas ordens, os fatores de mudança, geralmente associados à modernidade, decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, e os fatores de estagnação, que resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra.

Wesz Junior (2009), nesse sentido, demonstrou que a atividade agroindustrial auxilia na redução do êxodo rural, possibilitando a manutenção de sucessores nas pequenas propriedades. O autor destaca, ainda, que a agroindústria não oferece apenas a perspectiva de aumento de renda e melhoria da economia da propriedade, mas também representa a possibilidade de resgate de valores simbólicos, culturais e sociais, que acabam sendo repassados aos produtos e percebidos pelo mercado, devido à comercialização baseada na proximidade.

Nesse sentido, Dorigon (2004, p. 1) coloca a seguinte questão:

É amplamente reconhecido, em nível mundial, o potencial que o meio rural tem de gerar oportunidades de inserção econômica de parte da população economicamente ativa.” Se por um lado há esse reconhecimento por parte dos governos e setores sociais brasileiros, por outro, reconhece-se também que não se tem conseguido aproveitar essas potencialidades e capacidades acumuladas no meio rural há gerações, e que estão se perdendo devido à falta de perspectivas sócio-econômicas, do empobrecimento e do consequente êxodo rural.

O que nos sinaliza o futuro sobre as cadeias produtivas em geral, é uma substancial e crescente relevância do fator tecnológico como suporte para a competitividade e de êxito nos negócios, nos diversos setores da economia. E nesse contexto, o papel que se desenha para os Institutos Federais volta-se justamente para fomentar a criação e difusão de tecnologias, capazes de agregar valor à produção.

A atividade agroindustrial pode ser considerada, para a região estudada, como uma “indústria motriz”, ou seja, aquela que, segundo Perroux (1977), através de suas movimentações, compras e vendas de serviços, tem a capacidade de influenciar as outras. Essa ligação existente entre as atividades produtivas de uma determinada região, Hirschman (1973) denominou de “encadeamento”.

Conforme pode ser observado, em todas as tentativas de conceituar agroindústria, ou agroindústria familiar, as definições, de um modo geral, remetem à matéria-prima, meios de produção e finalidade. No entanto, a questão legal da formalização de um empreendimento não é mencionada, ou seja, percebe-se que de modo a tornar mais abrangentes os resultados dos estudos realizados sobre a atividade agroindustrial nas propriedades rurais, desconsidera-se a questão da estruturação da propriedade em uma personalidade jurídica.

Wesz Junior (2009) levantou a hipótese de que a alta taxa de informalidade das atividades agroindustriais nas propriedades rurais dá-se em razão de os programas de financiamento não focarem diretamente a atividade agroindustrial, corroborando para a manutenção da visão da atividade agroindustrial como “atividade acessória”.

Bueno (*apud in* WESZ JUNIOR, 2009) concluiu em seus estudos que, somente os agricultores que obtêm da atividade agroindustrial sua única ou principal fonte de renda apresentam uma agroindústria formalizada e legalizada, de forma a usufruírem das políticas públicas de fomento a esta atividade.

No geral, é possível levantar a hipótese, que não será esgotada neste trabalho, de que nas pequenas propriedades rurais, onde o proprietário divide suas atividades entre a produção rural e agroindustrial, a segunda não apresenta um volume produtivo capaz de sustentar a formalidade, restando ao produtor a opção de comercializar seus produtos diretamente na sua propriedade, informalmente, ou vendê-lo às agroindústrias formais para distribuição. Tal

alternativa, além de aumentar a distância entre o consumidor final da propriedade rural familiar, acaba por diminuir o valor agregado do produto que permanece na propriedade⁷.

No Brasil, segundo Dorigon (2004, p. 1, apud Wilkinson, 2001), a agricultura de economia familiar enfrenta muitos problemas, tais como:

- i) As regras de acesso aos mercados tradicionalmente ocupados pela agricultura familiar estão em rápida mudança. São os casos das novas economias de escala, podendo-se citar como exemplo a avicultura industrial, o fim do ciclo completo na suinocultura e as mudanças no quadro regulatório do leite imposto pela Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura;
- ii) O segundo desafio diz respeito às iniciativas de agregação de valor e acesso autônomo aos mercados. Atividades agroindustriais artesanais têm tradicionalmente ocupado um espaço importante em segmentos básicos do sistema agroalimentar - derivados lácteos, carnes, doces, geléias, bebidas, farinhas. Ainda, segundo Wilkinson (2001), esses setores aumentaram em importância no período mais recente como alternativa para produtores com dificuldades para acompanhar a evolução dos mercados agrícolas nas grandes cadeias agroindustriais.
- iii) Necessidade de promover uma mudança nos sistemas tradicionais de agricultura familiar para novas práticas e o desenvolvimento de novos produtos. Embora mercados tradicionais mantenham a sua importância, as vantagens da agricultura familiar são cada vez mais associadas a uma agricultura "natural" - orgânica e artesanal.
- iv) Novas demandas para o agricultor de novas habilidades nas áreas de gestão, tecnologias de produto, processo e marketing.
- v) Necessidade de promover os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de atividades e serviços não-agrícolas.

São barreiras a serem superadas, que trazem em comum a consolidada necessidade de se adotar novas e mais adequadas formas organizacionais. Assim, torna-se evidente que a adoção de diferentes processos de geração de renda para as famílias e propriedades rurais requer a criação de novas opções agrícolas, economicamente viáveis, onde merece um especial destaque a atividade agroindustrial.

⁷ As informações ora relacionadas foram obtidas a partir de diálogos informais com os produtores e serão melhor detalhadas na análise dos dados.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa está amparada em referencial teórico e orientada pela abordagem quantiquantitativa de pesquisa, uma vez que se utiliza tanto de recursos de natureza qualitativa, como quantitativa.

Os dados quantitativos foram obtidos através dos questionários semi-estruturados aplicados juntos aos informantes. Pelos resultados obtidos por essa técnica de coleta de dados, foram efetivadas as induções que vieram ao encontro das hipóteses apresentadas pelo pesquisador.

O estudo qualitativo, por suas vez, foi utilizado para revelar uma outra face da análise dos dados, buscando atingir também uma dimensão subjetiva do objeto de estudo, a qual somente pode ser percebida mediante o uso de métodos qualitativos de pesquisa, neste caso, a observação participativa.

Foi, portanto, nesse sentido, que, por ocasião dos contatos mantidos com os informantes da pesquisa, por ocasião da entrega e recolhimento dos questionários, procurou-se interagir com os mesmos, criando também uma relação dialógica, mais informal, a fim de apreender características e sentidos diversos nos discursos desses no que diz respeito às questões de partida do presente estudo.

Relativamente à abordagem quantitativa de pesquisa, essa foi realizada por meio da análise de dados coletados, através da aplicação de questionários semiestruturados distintos, destinados a duas categorias – informantes internos e externos, em relação ao *Campus* São Vicente do Sul.

4.2 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa compreendeu as partes envolvidas na oferta de cursos de formação técnica e qualificação profissional, ou seja, a instituição ofertante – *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS - e a comunidade externa, aqui consideradas as agroindústrias - formais e informais - localizadas no município em questão, o qual tem, como fortes características econômicas, a produção agropecuária e a industrialização alimentícia. Esta última, apesar de ser uma atividade bastante expressiva no município, é ainda marcadamente artesanal, desenvolvida em pequenas agroindústrias familiares, localizadas, em sua maioria, no interior do município.

Também se efetivou coleta de dados junto a entidades representativas da comunidade (sindicatos, secretarias municipais, cooperativas...), cujos representantes, de alguma forma, estão integrados aos objetivos do processo de ensino do *Campus* São Vicente do Sul.

Já no contexto institucional, optou-se pela aplicação de um questionário específico, no qual gestores e professores dos cursos técnicos da área de Agropecuária (Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Agricultura e Zootecnia) e Alimentos (Agroindústria) expressaram suas concepções em relação à participação do *Campus*, através de ações educacionais, no desenvolvimento regional, mais precisamente da atividade agroindustrial do município de Jaguari, RS.

O universo de informantes foi definido da seguinte forma:

- Informantes Internos: foram escolhidos os gestores do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, ocupantes de cargos de Direção (Direção Geral (1), Diretorias Sistêmicas (4), Direção de Departamentos (8) e Professores/Coordenadores dos

cursos Técnico em Alimentos, Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia (3), totalizando 16 profissionais atuantes na Instituição.

Dos 16 encaminhamentos, houve o retorno de 11 questionários respondidos, representando percentual de 68% em relação ao objetivo traçado.

- Informantes Externos – Foram 20 questionários respondidos, compreendendo unidades familiares rurais do município de Jaguari, RS e segmentos representativos da comunidade, os quais mantêm estreita relação com a atividade agroindustrial. No total, foram distribuídos 34 questionários, delimitando um percentual de 59% de retorno;

Intencionalmente, a pesquisa traçou, como meta, a coleta de pelo menos 50 contribuições, efetivadas pelo preenchimento dos questionários. Essa meta foi atingida em 62%, porém, os resultados obtidos permitiram, ao pesquisador, a formação de um panorama bastante coerente em relação aos objetivos da pesquisa.

4.3 Coleta e Análise dos Dados

Foi, então, aplicado o questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aos proprietários das agroindústrias relacionadas e às entidades representativas, com vistas a identificar as concepções dos mesmos em relação às possíveis contribuições do *Campus* São Vicente do Sul na promoção do desenvolvimento local e regional.

A coleta e análise de dados foram realizadas de forma a contemplar uma resposta efetiva sobre a possibilidade, ou não, de o *Campus* ser, para a região, um diferencial no seu desenvolvimento.

Ainda foi aplicado questionário distinto aos gestores e professores do *Campus*, com vistas a arrolar as mais significativas percepções dos mesmos no contexto da atividade agroindustrial no município de Jaguari, RS, e das efetivas participações da instituição em ações capazes de incrementar o desenvolvimento regional.

O questionário construído para a coleta de dados juntos aos informantes externos da pesquisa contemplou questões relacionadas ao nível de conhecimento dos mesmos sobre a instituição sede e também sobre o *Campus* Avançado Jaguari, este vinculado à primeira e situado no município que configura o contexto principal da pesquisa.

Aos informantes foi perguntado sobre o conhecimento das instalações e das atividades desenvolvidas pelo *Campus*, bem como sobre os objetivos e finalidades determinados pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Além disso, o questionamento buscou levantar dados sobre a participação dos informantes em cursos, seminários, palestras ou outra atividade organizada/fomentada pela instituição de ensino.

Também relativamente à atuação do *Campus* São Vicente do Sul na região e sua participação nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS, os informantes tiveram a opção de manifestar suas opiniões. Outros questionamentos, formulados através de perguntas abertas, permitiram a manifestação individual sobre as formas com que a participação do *Campus* se consolida nas iniciativas de inovação na atividade agroindustrial local e regional.

Por fim, as demais perguntas foram elaboradas com o intuito de conhecer as expectativas da comunidade em relação às ações educacionais a serem desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul, que vêm ao encontro das demandas existentes.

A segunda categoria de informantes compreendeu o contexto interno no *Campus* e os questionamentos também buscaram respostas sobre a percepção dos mesmos sobre a atuação da instituição na região e também sobre a relação do mesmo com o desenvolvimento da atividade agroindustrial no município de Jaguari, RS e no contexto regional.

Questões voltadas às possibilidades de ação a serem desenvolvidas pelo *Campus* no município de Jaguari, RS, considerados os APLs (Arranjos Produtivos Locais),

especificamente a vocação agroindustrial do município, também foram registradas, a fim de conhecer a opinião daqueles que gestionam o processo de ensino, pesquisa e extensão da instituição formadora.

Buscou-se, ainda, através desse questionário, elencar contribuições que favoreceram o desenvolvimento da atividade agroindustrial, exercidas pelo desempenho dos técnicos egressos dos cursos ofertados pelo *Campus* São Vicente do Sul ou pela realização de ações diversas de ensino, pesquisa e extensão.

5 ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

5.1 Análise Curricular do Curso Técnico em Alimentos

Sobre a análise documental, sabe-se que se trata de uma valiosa técnica de pesquisa. Comumente, o termo documento remete a um material gráfico, escrito, um registro textual. No entanto, há uma série de conceitos e definições para o termo, que extrapolam esse entendimento comum. Vários autores trazem em foco definições do que é um documento.

Schuermeier (1935) definiu documento como sendo qualquer base material adequada à expansão do pensamento humano, disponível para estudo. Briet (1951, p. 7), por sua vez, formulou o entendimento de que um documento é “qualquer sinal físico ou simbólico, conservado ou gravado, destinado a representar, para reconstruir, ou para demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”, ou seja, um documento não equivale apenas a um texto, mas ao acesso a um fato, uma evidência.

Phillips (1974, p. 187), afirma que podem ser considerados documentos “(...) quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Dessa forma, podem ser concebidos, como documentos de pesquisa, leis e regulamentos, normas, pareceres, planos de curso, planos de desenvolvimento institucional e outros. A análise documental, na presente pesquisa, ocorreu pela análise dos Planos Pedagógicos de Curso (PPC).

O PPC do Curso Técnico em Alimentos traz, como justificativa de sua implantação, a necessidade regional de preparar futuros profissionais como multiplicadores da tecnologia de alimentos. O Curso é oferecido em nível subsequente ao ensino médio, com duração média de 03 (três) semestres letivos, totalizando 1.200 horas mais 360 horas de estágio externo supervisionado (ANEXO C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Alimentos).

Com o intuito de atender aos interesses da comunidade para a qualificação da força de trabalho regional na área de produção alimentícia, o curso possibilita não apenas a perspectiva do aproveitamento de matérias-primas, mas se volta para uma ação empreendedora. A industrialização de alimentos é reconhecidamente um dos mais dinâmicos segmentos da economia brasileira, especialmente na geração de empregos.

O plano de curso apresenta entre seus objetivos específicos a preocupação em “Atuar como agente de incentivo à instalação e de melhoria da qualidade das agroindústrias da região”, de forma a confirmar as características e potencialidades regionais, como detentora de uma aptidão natural, oriunda da sua história, e que diz respeito à vocação agrícola e à capacidade agroindustrial.

A industrialização de alimentos como fator de promoção da agricultura e agropecuária é uma das principais atividades econômicas que apresenta índices significativos para a fixação do homem no campo e agrega valor ao produto agrícola.

Nota-se, na análise no PPC do curso em questão, que existe uma preocupação em formar profissionais capacitados, aptos a exercer suas funções de maneira consciente. É notório o empenho da instituição em formar cidadãos críticos, informados, capazes de decidirem por si. É possível afirmar que, de acordo com plano do curso de Técnico em Alimentos, embora não esteja explícito de forma direta, a preocupação não se limita apenas com o desenvolvimento local, mas também com o desenvolvimento emancipável do próprio indivíduo. Nas concepções adotadas por Freire (1996) relativas à autonomia, esse desenvolvimento orienta para a responsabilidade ética de conduzir seres humanos à reflexão crítica de suas realidades, enfatizando valores como simplicidade, humanitarismo, esperança e bom senso.

O Instituto Federal, como instituição formadora de profissionais, assume o papel emancipador, pois, segundo Freire (1996), possui a função de ensinar, o que, por sua vez, é uma forma de intervenção no mundo. A sua pedagogia da autonomia, aqui entendida emancipatória, é embasada na ética, no respeito à dignidade e a própria autonomia do educando.

O objetivo geral da Habilitação de Técnico em Alimentos, de acordo com o PPC, é o de formar profissionais técnicos de nível médio da área profissional da Química, na habilitação Técnico em Alimentos, de acordo com as tendências tecnológicas da região e em consonância com as demandas dos setores produtivos.

No rol das competências técnicas traçadas para o Técnico em Alimentos, estão a higienização, processamento, conservação, controle de qualidade, transporte e armazenamento, tratamento de resíduos, planejamento e gestão de processos agroindustriais. A esse profissional, será possibilitada a atuação em laboratórios de controle de qualidade, unidades agroindustriais, unidades de tratamento de resíduos, centros de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, indústrias de produção e distribuição de matérias-primas e insumos, órgãos de assistência técnica e extensão, locais de comercialização de produtos alimentícios, órgãos de fiscalização sanitária, entre outros. Poderá, ainda, atuar de forma autônoma na produção de alimentos.

Outro fator relevante na organização curricular do referido Curso, é que o aluno tem assegurado o direito de optar por certificação intermediária de qualificação técnica parcial, para a qual será emitido o respectivo certificado. Poderá ser qualificado em uma das três áreas específicas: Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal e Administração.

Da análise de tais possibilidades, entende-se que o *Campus* São Vicente do Sul do IF Farroupilha, pela oferta da habilitação de Técnico em Alimentos, contribui para as questões relacionadas ao desenvolvimento regional, pois atende demandas do mercado de trabalho e amplia as condições de empreendedorismo na área.

Aqui, consolida-se de maneira significativa a relação do Curso com os APLs, visto que o foco do primeiro está voltado para o incremento da competitividade dos territórios em que eles estão inseridos, como mecanismo de redução das desigualdades regionais. Em outras palavras, a formação técnica gera a possibilidade de ações de fortalecimento do APL, neste trabalho entendido como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em atividades econômicas específicas e interdependentes.

Cabe lembrar que o município de Jaguari, RS, possui características econômico-produtivas bastante fortes na produção agropecuária e agroindustrial, o que implica em uma prioridade de ações educacionais de cunho profissionalizante que considerem efetivo potencial da região e mesmo local, promovendo um maior dinamismo econômico, capaz de sustentar um processo de desenvolvimento endógeno.

Embora seja notório que o campo de abrangência do IF Farroupilha se sobressai ao limites abstratos da região em questão, o foco do plano de curso analisado é claro, e remete-se precisamente ao contexto histórico do município Jaguari, que, conforme foi observado por ANESE (2009) destaca-se dentro da região Vale do Jaguari pela sua tradição nas atividades agroindustriais, principalmente no que diz respeito à produção de bebidas (vinho e cachaça) e gêneros alimentícios de origem animal e vegetal.

No entanto, embora o município apresente um grande potencial no segmento produtivo de bebidas, a matriz do curso de Técnico em Alimentos destina apenas 40h para o conteúdo referente a essas tecnologias. Um ponto bastante positivo observado na análise da Matriz Curricular é a existência de um módulo de Administração, que apresenta carga horária de 280 horas e aborda, em sua ementa, temas como Estudo da Vocação Regional; Elaboração

de Projetos; Gestão Ambiental - Tecnologia de Tratamento de Resíduos, que direcionam a atenção dos discentes às potencialidades regionais.

Especificamente em relação às agroindústrias, é importante considerar que, independentemente do porte do empreendimento, as tendências de consumo indicam excelentes perspectivas para a produção agroindustrial. Como regra geral, percebe-se que o grande passo para viabilizar a propriedade rural está focado na sua qualidade gerencial e isso compreende ações como a administração das compras de insumos, a condução dos processos produtivos, a comercialização dos produtos e o uso da informação no processo de inovação e aperfeiçoamento das propriedades.

O objetivo deve focar na busca da melhor eficiência, da agregação de valor aos produtos, através da economia de escala e de ganhos de produtividade, para manter a unidade produtiva viável técnica e economicamente.

5.2 Análise Curricular dos Cursos Técnicos da Área de Agropecuária – Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia Subsequentes.

A Instituição, que já oferecia o Curso Técnico em Agropecuária na modalidade integrada ao ensino médio desde 1973, atendendo as determinações do Decreto nº 2.208/97, procedeu à separação da formação geral e da profissionalizante. Em 2004, pelo Decreto nº 5.154, houve a revogação do Decreto nº 2.208 e a consequente retomada do desenho de integração curricular. Assim, a habilitação de Técnico em Agropecuária na modalidade integrada ao ensino médio oferece formação a alunos oriundos do ensino fundamental, cuja profissionalização dá-se em 03 (três) anos.

Buscando proporcionar, na área de Agropecuária, uma formação em menor tempo, destinada a portadores da certificação de nível médio, oferece os cursos Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia, na modalidade subsequente, com o objetivo de promover, de forma rápida, o ingresso dos mesmos no mundo do trabalho. Essas habilitações têm a duração média de 03 (três) semestres letivos.

Com base nisso, as habilitações ora consideradas envolvem, em seus respectivos PPCs, objetivos comuns, voltados para colocar, no mundo do trabalho, profissionais com sólida formação tecnológica. Assim, atende aos interesses do Governo Federal, no seu Programa de Expansão da Educação Profissional, bem como os da comunidade em geral, que exige uma maior qualificação do potencial de trabalho regional, com profissionais capazes de observar, sustentar, desenvolver e gerar tecnologias para o exercício da cidadania e para o trabalho adequado às exigências da modernidade.

Os objetivos das habilitações voltam-se para uma formação profissional cidadã, viabilizando oportunidades de qualificação e requalificação, formando técnicos capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução tecnológica.

O perfil desejado para os egressos da formação na área de Agropecuária caracteriza-se pela capacidade de desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, planejamento, execução e acompanhamento de projetos agropecuários, bem como administração de propriedades rurais, elaboração, aplicação e monitoramento de programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial, entre outros itens afins. Na propriedade ou nas empresas agropecuárias, o técnico deve ter uma visão geral da propriedade e, por essa razão, tem a competência para gerir projetos que envolvam pela produção vegetal, animal e agroindustrial.

Importante é ressaltar que, no âmbito das competências profissionais gerais, o concluinte do curso Técnico em Agropecuária, do Técnico em Agricultura ou do Técnico em Zootecnia deverá ser capaz de analisar as características econômicas, sociais e ambientais,

identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas, o que remete, mais uma vez, a oferta da educação profissional aos APLs, a exemplo do Curso Técnico em Alimentos.

Além disso, observa-se também, no rol de competências técnicas, a preparação do profissional técnico para ações de aquisição, preparo, conservação e armazenamento de matérias-primas e de produtos agroindustriais, com a observação dos programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial e a gestão de empreendimentos.

Reforça-se, então, a perspectiva de atuação do *Campus*, através de seus cursos técnicos, em prol do desenvolvimento regional, com especificidade na gestão agroindustrial, à medida que o Técnico em Agropecuária, ou o Técnico em Agricultura ou o Técnico em Zootecnia poderá exercer múltiplas funções como profissional autônomo, empregado ou não, tanto em organizações públicas, como privadas, onde se enquadram as agroindústrias frutíferas, de conservas e de produtos agrícolas, de laticínios, de produtos avícolas e indústria florestal e zoindústrias de couro.

Em relação à organização curricular, pelas matrizes das habilitações em questão (ANEXOS D, E e F), percebe-se, pelo rol de disciplinas, a preocupação em orientar para princípios relacionados à agroecologia, agricultura familiar, movimentos sociais, empreendedorismo, pesquisa, extensão, ética e relações humanas, entre outros.

A estreita afinidade existente entre a formação técnica na área de Agropecuária e a formação em Alimentos (Agroindústria) é percebida, atualmente, também no termo “*Agribusiness*” (do inglês, negócios agrícolas), o qual, na prática, considera a atividade agroindustrial. Esse termo é o mais comumente utilizado, no contexto do Agronegócio, para denominar a fusão da produção primária (Agricultura e Pecuária) com a atividade industrial, na qual ocorre o processamento dos produtos oriundos da Agropecuária, como o leite, a carne, a lã, frutas, entre muitos outros.

Em resumo, no momento em que a proposta da formação de Técnicos na área de Agropecuária contempla a orientação e possibilidades de empreendedorismo, ela se torna relevante ao processo de desenvolvimento local e regional, especialmente quando considera, em suas ementas, conteúdos de significatividade no contexto em que se insere. É relevante também frisar esse foco na “gestão”, que se constitui em um fator essencial ao sucesso e desenvolvimento do agronegócio.

5.3 Considerações gerais relativas aos PPCs

Ao analisar os PPCs e as matrizes curriculares dos cursos relacionados com a atividade agroindustrial, característica da região estudada, foi possível identificar a ênfase dada às questões inerentes ao desenvolvimento regional, como a preocupação em preparar o aluno para que este seja capaz de entender as dinâmicas produtivas locais, de forma a assumir, senão o papel de protagonista, ao menos o de agente efetivamente participativo do processo de desenvolvimento.

No entanto, dados coletados junto ao Setor de Estágios e Setor de Registros Acadêmicos do *Campus* São Vicente do Sul revelam algumas situações as quais permitem inferir que, embora os cursos oferecidos tenham, em seus planos pedagógicos e matriz curricular, conteúdos programáticos com o claro objetivo de incentivar as atividades agropecuárias e agroindustriais de forma a possibilitar o desenvolvimento da atividade agroindustrial do município de Jaguari, RS, essa tarefa não vem se consolidando com efetividade.

Em conformidade com o levantamento de informações realizado junto ao Setor de Estágios, verificou-se que, no período compreendido entre 2008 e 2011 (período de criação e implantação do Instituto Federal Farroupilha, em sua nova conformação), dentre os alunos que saíram para estágio, oriundos dos cursos Técnicos em Alimentos, em Zootecnia e em

Agricultura, apenas 12 (doze), de um total de 559 (quinhentos e cinquenta e nove), ou seja, pouco mais de 2% buscaram estágio em empresas do município de Jaguari.

De acordo com o IBGE (2000), o município de Jaguari possuía 2.182 habitantes com idade entre 10 e 19 anos, público com idade dentro da média dos alunos dos cursos técnicos em questão, e, pouco mais de 5,4% (119) matriculou-se nos cursos técnicos de Alimentos, Zootecnia e Agricultura no período compreendido entre 2007 e 2011, sendo que pouco mais de 0,5% da população desta faixa etária retornaram ao município para realização do estágio.

Esse resultado torna-se ainda mais preocupante quando considerado apenas o curso Técnico em Alimentos, o qual possui a matriz curricular que mais se adapta às necessidades das agroindústrias do município de Jaguari. Entre os anos de 2007 e 2011 houve apenas 14 matrículas de alunos do município no referido curso, sendo que desse total apenas 04 retornaram ao município para realização do estágio profissional.

Aqui também é importante uma breve abordagem ao trabalho de pesquisa em nível de Mestrado, realizado por docente do *Campus*, que objetivou elencar justamente os fatores que levam os alunos dos cursos técnicos da área de agropecuária a se dispersarem do local de origem após a formação técnica.

Como resultado, a pesquisa realizada por Donadel (2010), veio à tona a existência de uma disparidade de interesses entre as perspectivas de ingresso no mercado de trabalho em relação ao retorno às propriedades para aplicação dos conhecimentos técnicos, constatação essa que demonstra que a formação de nível técnico, pela sua qualidade, configura-se em um degrau para percorrer outros caminhos que não o retorno ao meio de origem. Donadel (2010) afirmou, ainda, em suas considerações, que existem lacunas a serem preenchidas quanto à clareza dos objetivos da formação e perfil profissional traçado, e que esse trabalho esclarecedor deve ser realizado previamente junto às comunidades.

5.4 Análise dos Questionários

Os principais resultados da pesquisa realizada são oriundos da coleta de informações e opiniões de dois públicos distintos em relação à instituição formadora (*Campus* São Vicente do Sul), a saber: gestores e professores atuantes no contexto da educação profissional e tecnológica, que configuraram os informantes internos; e pessoas da comunidade do município de Jaguari, RS, cujas atividades profissionais exercidas se relacionam com a atividade agroindustrial, os quais constituíram o bloco de informantes externos.

5.4.1 Informantes internos: professores e gestores do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS.

A questão 1, apresentada aos informantes do contexto interno referiu-se à atuação do *Campus* São Vicente do Sul na região, através de quatro perguntas fechadas.

Esta questão foi elaborada para verificar a percepção dos envolvidos no processo de ensino sobre a formação dada aos alunos dos cursos técnicos da área de alimentos e agropecuária, ou seja, buscou saber se a formação pode ser considerada como um diferencial na promoção do desenvolvimento local. Buscou-se, ainda, conhecer a capacidade, ou possibilidades, de adaptação dos egressos ao mercado de trabalho. Em outras palavras, intencionou verificar qual o posicionamento dos gestores e professores dos cursos em relação à adequação dos conteúdos dos cursos técnicos às demandas locais existentes.

Dentre os informantes da categoria, quatro deles, correspondendo a um percentual de 36%, responderam positivamente, ou seja, que a formação oferecida representa a garantia de inserção do profissional no mercado de trabalho, assim como se apresenta como diferencial para melhoria do segmento em que irá atuar. Por outro lado, sete informantes (64%)

responderam que a formação representa apenas parte dos conhecimentos necessários para o sucesso do profissional no mercado de trabalho.

A totalidade dos entrevistados compartilha a mesma posição quanto à relação entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão e o desenvolvimento regional, remetendo à conclusão de que os gestores da instituição estão cientes do papel institucional, de atuar pela transformação da realidade, promovendo o desenvolvimento sócio-econômico da região, através desta tríade de atividades.

Sobre a terceira indagação, 45% dos informantes entendem que o Campus São Vicente do Sul, através de seu processo educacional, serve como suporte para melhoria do bem-estar social e econômico da comunidade estudada, enquanto 55% acreditam que a instituição configura uma etapa na construção do bem estar sócio-econômico da região.

Quanto aos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Campus, 36% dos informantes entendem que esses representam, sim, ações eficazes, capazes de modificar o meio em que está inserido, construindo uma nova realidade, enquanto 64% dos entrevistados acreditam que estas atividades são parte das ações da instituição que objetivam reorganizar as dinâmicas sociais e produtivas, gerando possibilidades de desenvolvimento da região onde está inserido.

O panorama que nos permite desenhar essa primeira questão sobre as percepções dos gestores e professores, remete a uma expectativa de melhoria, de intensificação em relação à atuação do *Campus* no município de Jaguari, à medida que este ainda se mostra pouco contundente. Reconhecem, no entanto, os informantes, que a instituição tem um papel relevante no desenvolvimento regional, devendo apenas ser mais incisivo.

Quando arguidos, através da pergunta de número 02 do questionário, sobre a participação do *Campus* São Vicente do Sul nas atividades agroindustriais do município de Jaguari, RS, 27% dos informantes descreveram como sendo rara esta participação, enquanto 64% dos entrevistados a percebem como ativa e crescente. Somente 9% do grupo acreditam que a participação do *Campus* nas atividades agroindustriais do município supera as expectativas.

Ainda, segundo os participantes da pesquisa nesta categoria, a participação do *Campus* se consolida da seguinte forma:

Tabela 1. Ações participativas do *Campus* nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS

AÇÕES	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Através de cursos de qualificação profissional oferecidos às comunidades, observadas as demandas.	06	55%
Interação da área produtiva do <i>Campus</i> com a área produtiva da comunidade, através da pesquisa e extensão.	03	27%
Através de atividades de extensão e parcerias com entidades públicas e privadas.	02	18%
Através de ações de ensino, pesquisa e extensão que influem na melhoria da qualidade de vida da comunidade.	01	9%
Pela ênfase curricular ao empreendedorismo nos cursos de agricultura e alimentos.	01	9%
Criação de grupos de pesquisa para suporte às atividades produtivas da região.	01	9%

Verifica-se, pelos dados da **Tabela 1** que a maioria dos informantes (55%) considera que a efetiva contribuição do *Campus* para a atividade agroindustrial do município se dá

através de cursos de qualificação profissional, realizados em conformidade com as demandas da sociedade. Em segundo lugar, em um percentual correspondente a 27% dos informantes, surge a interação da unidade produtiva da instituição formadora com as unidades produtivas (agroindústrias) do município de Jaguari, consolidada por meio das atividades de pesquisa e extensão.

O presente resultado expressa a visão do público interno do *Campus* quanto à importância de uma interrelação efetiva entre a sociedade e a instituição de ensino, bem como do comprometimento da última em disponibilizar as informações obtidas através das atividades de pesquisa e extensão, à sociedade.

A pergunta de número 3 intencionou saber se os professores e gestores do *Campus* têm conhecimento das parcerias firmadas pelo *Campus* que realmente tenham trazido resultados em relação às iniciativas de desenvolvimento e inovação na atividade agroindustrial no município pesquisado ou mesmo na região. Mais do que apenas elencar entidades parceiras nas ações voltadas ao desenvolvimento da atividade agroindustrial em Jaguari, RS, o questionamento buscou avaliar a interação da categoria “informantes internos” com as ações de gestão que envolvem a efetivação de parcerias.

A totalidade dos informantes afirmou estar a par da existência de tais parcerias. No entanto, houve um participante que, apesar de afirmar a existência de parcerias, não soube identificar nenhuma delas, o que denota um envolvimento bastante superficial com tais procedimentos.

Os exemplos de parcerias (convênios) citados pelos informantes são:

- Empresas cadastradas para fins de oferta de estágio supervisionado na área de alimentos;
- Empresa de tecnologias de transformação de produtos agropecuários (cana-de-açúcar);
- Associações de produtores, com destaque para a APROVIA (Associação dos Produtores de Vinhos de Jaguari), cooperativas e Secretaria de Agricultura do Município;
- SEBRAE, para sensibilização e organização de grupos de produtores para o incremento da atividade vitivinícola;
- Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para conhecimento de interesses e demandas das comunidades rurais;
- EMATER, para ações voltadas ao atendimento a produtores rurais;
- Universidades da região, públicas e privadas, para a promoção de ações de qualificação profissional de trabalhadores;
- COREDE, parceria voltada para a realização de estudos de demandas regionais de qualificação de trabalhadores;
- SENAR, com o objetivo de realização de cursos de curta duração, voltados para a capacitação de produtores rurais e comunidade em geral, especificamente em práticas agropecuárias;
- PROEJA-FIC, cujo convênio firmado com a Superintendência do Sistema de Execução Penal do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE) visa proporcionar qualificação profissional a apenados do regime prisional, buscando viabilizar formas de reinserção social dos mesmos pela atividade profissional em panificação. Nesse mesmo sentido, foram firmados convênios com as prefeituras municipais da região, com a finalidade de ofertar a mesma qualificação a pessoas portadoras de certificado de conclusão do ensino fundamental.

Foram citadas algumas das entidades - públicas e privadas - com as quais o *Campus* possui parceria formalizada, visando ofertar, direta ou indiretamente, suporte às agroindústrias da região. No entanto, de acordo com informações obtidas junto à Diretoria de Extensão/Departamento de Desenvolvimento Regional do *Campus*, existe um número

significativamente maior de empresas parceiras, com as quais se desenvolvem atividades ligadas ao desenvolvimento da atividade agroindustrial.

Mesmo não se tratando de um objetivo definido para a pesquisa, é interessante ressaltar que existem lacunas a serem preenchidas no processo de gestão institucional, especialmente em relação ao conhecimento, por parte dos servidores, das ações efetivamente desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul que se refletem na comunidade regional.

Relativamente à abordagem determinada pela questão de número 4 do questionário, os informantes, quando perguntados sobre as possibilidades que o *Campus* São Vicente do Sul gera em relação à melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial no município de Jaguari, foram elencadas as contribuições constantes na **Tabela 2**.

Tabela 2. Formas de contribuição do *Campus* para a melhoria da qualidade e produtividade das atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS

Nº	AÇÃO
1.	Criação de Incubadoras para estudos de tecnologia e industrialização de alimentos.
2.	Qualificação de mão-de-obra, através de cursos de curta duração (PRONATEC)
3.	Cursos nas modalidades PROEJA e PROEJA-FIC
4.	Curso Técnico em Alimentos
5.	Cursos destinados especificamente à gestão empreendedora
6.	Parcerias com prefeitura municipal e outras entidades
7.	Incentivo à diversificação de variedades na produção primária
8.	Realização de pesquisas sobre adaptação e introdução de novas culturas para transformação
9.	Inserção de novos produtos agroindustrializados oriundos das culturas locais

O que se pode depreender dessa questão em termos de resultado é que os informantes internos acreditam principalmente no potencial dos cursos oferecidos e na efetividade das ações institucionais em prol do desenvolvimento da atividade agroindustrial na região.

Nesse sentido, cabe ressaltar mais uma vez a necessidade de a instituição articular-se efetivamente com as comunidades a que serve, visto que a escola não é um órgão isolado e necessita unir forças em busca do atendimento das necessidades comunitárias. De acordo com Paro (1997. p. 17), “a participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.”

A questão 5 formulada aos gestores e professores do *Campus* São Vicente do Sul considerou a definição dada no referencial teórico acerca da caracterização dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), assim com as possibilidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, pela instituição, no cenário local. Os informantes apontaram as principais oportunidades de ação, de acordo com as potencialidades do município de Jaguari, RS.

Tabela 3. Principais APLs relacionados pelos informantes para o município de Jaguari, RS

ÊNFASE	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Vitivinicultura	07	64%
Processamento da cana-de-açúcar	06	55%
Processamento de frutas e hortaliças	04	36%
Bovinocultura	03	27%
Produtos de origem animal	02	18%
Apicultura	01	9%
Turismo	01	9%
Indústria metal-mecânica	01	9%

A **Tabela 3** demonstra o entendimento de que a vitivinicultura desponta, no município, como a grande possibilidade de incremento para o desenvolvimento local. Trata-se de uma atividade presente na história do município estudado, estando intrinsecamente ligado à cultura da população, caracterizada, em sua grande maioria, pela ascendência italiana. É conhecido o fato de que a produção de vinho no Brasil está relacionada com a chegada da imigração italiana, a qual trouxe consigo seus hábitos e cultura para várias regiões do País, especialmente a região sul.

Segundo os informantes, a vitinicultura representa a maior potencialidade a ser considerada pelo *Campus* São Vicente do Sul quando da elaboração de projetos de pesquisa e extensão, com o intuito de promover o desenvolvimento regional.

As respostas obtidas deram destaque, ainda, à industrialização da cana-de-açúcar, outra cultura intensamente desenvolvida no município, que foi introduzida no Brasil pelos imigrantes portugueses. No Rio Grande do Sul, apesar de ser mais recente em relação às demais culturas, a cana é, hoje, uma cultura que contribui muito para a sustentabilidade da agricultura familiar, seja diretamente pelo produto ou como alimentação animal. Normalmente é destinada à produção de cachaça, açúcar, açúcar mascavo, melado e, mais recentemente, para a produção do etanol, uma das ações efetivamente desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul, em seu *Campus* Avançado Jaguari, ainda em caráter experimental, porém com bons resultados.

Considerando-se as respostas relativas à apicultura (9%), processamento de frutas e hortaliças (36%) e produtos de origem animal (18%), como uma categoria única, este pode ser denominada “industrialização de alimentos de origem vegetal e animal” e está presente em 63% das respostas, confirmando a vocação agroindustrial do município.

O apontamento do Turismo como um dos APLs a serem considerados, traz a possibilidade do incremento do “Enoturismo”, que se trata basicamente de viagens motivadas pela apreciação de vinhos, visto que há uma considerável variedade de vinhos produzidos no município. Além disso, Jaguari é conhecido como a “Terra das Belezas Naturais” pela sua caracterização geográfica marcada pela presença de serras, rios, cachoeiras e vales, formando uma generosa paisagem com características bastante europeias. Para explorar o turismo, foi criada, no município, a Rota Nostra Colônia, que atrai visitantes para várias opções de atividades, destacando-se a visita aos vinhedos e adegas, onde, na época de safra, os turistas podem colher uvas direto do pé, saborear sucos, geléias e vinhos diretamente no local onde são produzidos, e ainda, aprender muito sobre a produção da bebida.

A questão 6 referiu-se aos Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (CFICT), oferecidos à comunidade, buscando conhecer a opinião dos gestores e professores sobre as demandas que esses consideram mais relevantes para o segmento agroindustrial do município de Jaguari, RS.

As respostas foram tabuladas na **Tabela 4**, de acordo com o número de ocorrências, a fim de formular um entendimento sobre quais possibilidades são contempladas na visão dos informantes internos.

Tabela 4. Demandas para a oferta de cursos de curta duração – CFICT – Informantes Internos

TEMAS PARA CURSOS	OCORRÊNCIA	FREQÜÊNCIA
Cursos de processamento de carnes (embutidos)	4	36%
Cursos de panificação (doces, pães e massas em geral)	4	36%
Cursos de manejo de hortas e pomares	3	27%
Curso de industrialização de produtos derivados da uva	3	27%
Cursos de Gestão do Agronegócio	3	27%
Cursos de Boas Práticas de Higiene na Produção	3	27%
Cursos de industrialização de produtos derivados do leite	3	27%
Cursos de beneficiamento da cana-de-açúcar	3	27%
Orientações sobre instalações adequadas aos tipos de produção agroindustrial, de acordo com as normativas legais	1	9%

As respostas permitem desenhar um cenário onde as ações de qualificação na área de agroindústria se equivalem, ou seja, aparecem em equivalência, o que fortalece, mais uma vez, a concepção de que a atividade agroindustrial reflete, no município de Jaguari, RS, uma grande possibilidade de desenvolvimento. Torna-se essa conclusão um elemento norteador na definição de cursos na área, a serem ofertados pelo *Campus* São Vicente do Sul.

Da análise da questão 7, relacionada ao *feedback* dado pela comunidade sobre o desempenho profissional dos egressos da instituição no mercado de trabalho formal ou em propriedades rurais que exercem a atividade agroindustrial, mesmo que informalmente, um percentual de 64% dos informantes desconhece a existência desse retorno. Um percentual de 18% afirma conhecer casos de *feedback* relativos à melhoria da qualidade e produtividade da empresa ou propriedade em que o egresso (Técnico) passou a exercer sua profissão após a obtenção do título, sem que, no entanto, tenha explicitado quais foram as contribuições. Já um montante de 9% dos informantes afirma que o *feedback* é um processo existente, mas inconcluso, à medida que não existe um acompanhamento mais incisivo de seus resultados, quando este procedimento deveria ser efetivo e constante. Ainda outros 9% afirmam que o *feedback* ocorre em parte porque é limitado aos períodos de estágio profissional até a defesa do relatório, não havendo a continuidade de acompanhamento necessária.

A **Tabela 5** ilustra as respostas obtidas de acordo com a frequência.

Tabela 5. Conhecimento do processo de *feedback* em relação ao desempenho dos técnicos formados pelo *Campus* São Vicente do Sul

ÊNFASE	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Desconhece.	7	64%
Sim, mas não se sentem em condições de elencar tais contribuições.	2	18%
Em parte, pois não há um acompanhamento efetivo e constante da situação do egresso no seu desempenho profissional.	1	9%
Em parte, ocorre nas defesas de estágio onde a instituição pode constatar as contribuições dos alunos junto às agroindústrias, quando for o caso.	1	9%

Entendimento gerado em relação aos resultados obtidos nesta questão induz à existência de uma lacuna que merece atenção por parte da Instituição, especialmente no exercício de seu papel de promotora do desenvolvimento regional, conforme preconiza a lei que deu origem aos Institutos Federais.

De acordo com Kotler (2000, p. 105), relativamente ao seu entendimento sobre *feedback*,

Alguns ambientes permanecem razoavelmente estáveis de ano para ano. Outros evoluem lentamente, de maneira bastante previsível. Outros, ainda, mudam rapidamente, de maneira imprevisível e por vezes violenta. A empresa, no entanto, pode ter certeza de uma coisa: o mercado vai mudar. E quando isso acontecer, será necessário analisar e revisar a implementação, os programas, as estratégias ou até mesmo os objetivos.

...

Quando uma organização não consegue responder a uma alteração do ambiente, fica cada vez mais difícil reaver a posição perdida.

Por este entendimento, o *feedback* se constitui em uma etapa essencial para a avaliação concreta de um processo. Na situação específica delineada pela presente pesquisa, ele representa uma ferramenta de grande importância para tomada de decisões por parte dos gestores do *Campus*, visto que, a partir do momento em que a instituição detém informações das atividades exercidas pelos profissionais que forma, seus *déficits* ou seus diferenciais, ela poderá reformular, sempre que necessário, as suas ações voltadas para a formação e qualificação profissional, de acordo com as demandas conhecidas, assim como incrementar as atividades de pesquisa e extensão.

Assim, de acordo com as respostas alcançadas, essa ação vem sendo realizada de forma muito tímida e limitada, impossibilitando a instituição de obter o retorno da sociedade quanto ao seu “produto final”, que são os profissionais que forma, protagonistas do processo de reorganização da realidade regional. O *feedback* servirá, então, não apenas para que o *Campus* receba uma opinião sobre como está o desempenho de seus egressos, mas sim orientado para estimular e melhorar seu próprio desempenho na função de ator do processo de desenvolvimento regional.

A questão 8, a última do questionário aplicado aos informantes internos, buscou evidenciar as formas adotadas pelo *Campus* para fins de divulgação das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, à comunidade em geral.

As ações de divulgação são processos de grande importância no sentido de disseminar junto à comunidade externa, informações acerca do funcionamento da instituição de ensino e das possibilidades que ela oferece para o desenvolvimento da região em que se insere. É relevante que a instituição divulgue suas ações e resultados no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

A **Tabela 6** expressa as formas citadas pelos informantes, como sendo as mais frequentemente utilizadas no trabalho de divulgação.

Tabela 6. Formas de Divulgação das ações de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo *Campus* São Vicente do Sul

ÊNFASE	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Participação em eventos em geral	4	36%
Organização de eventos internos, com a participação da comunidade externa	3	27%
Visitas de servidores e alunos a outros locais (escolas, empresas, propriedades rurais, etc.)	2	18%
Palestras, Seminários e Congressos	2	18%
Site institucional/E-mail	2	18%
Rádios	2	18%
Jornais	2	18%
Visitas de pessoas da comunidade externa ao <i>Campus</i>	1	9%
Reuniões com outras entidades, interna e externamente	1	9%

A instituição de ensino conta com um Setor de Integração Comunitária e Marketing, vinculado à Diretoria de Extensão, responsável pela grande parte das ações de divulgação institucional, especialmente àquelas relacionadas a exposições sobre os cursos ofertados. O site institucional, também elencado, configura uma fonte importante de informações disponíveis ao público externo.

No entanto, a forma que mais apareceu (36%) nas respostas remete à participação do *Campus* em eventos na região, seguida da organização de eventos internos, com a participação do público externo (27%), o que sugere uma maior interatividade entre instituição de ensino e comunidade.

5.4.2. Informantes Externos: Proprietários rurais que exercem a atividade agroindustrial e representantes de segmentos ligados à área no município de Jaguari, RS

A pesquisa realizada junto aos informantes externos, cujo grupo compreendeu pessoas da comunidade do município de Jaguari, RS, especificamente proprietários rurais que exercem a atividade agroindustrial e representantes de segmentos ligados à área, intencionou abordar questões como: conhecimento dos informantes sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha; nível de entendimento da comunidade em relação aos objetivos e finalidades da instituição de ensino, determinados pela legislação educacional vigente; expectativas da sociedade em relação à atuação do *Campus*, incluindo o seu *Campus* Avançado Jaguari, como entidade participativa do processo de desenvolvimento regional e da atividade agroindustrial do município.

Inicialmente, através da questão 1, buscou-se verificar, entre os participantes da pesquisa, qual o nível de conhecimento dos mesmos, relacionado às estruturas física e administrativo-pedagógica do *Campus*, a **Tabela 7** identifica o seguinte panorama:

Tabela 7. Conhecimento da comunidade externa relativo às instalações físicas e atividades do *Campus* São Vicente do Sul.

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Conhece as instalações, assim como possui conhecimento das atividades de ensino-pesquisa-extensão.	14	70%
Conhece as instalações, mas não está a par das atividades de ensino-pesquisa-extensão.	4	20%
Não conhece as instalações, assim como não está a par das atividades de ensino-pesquisa-extensão	2	10%
Não conhece as instalações, mas tem ciência sobre as atividades de ensino-pesquisa-extensão.	0	0%

Como é possível observar, 90% dos informantes conhece as instalações físicas do *Campus*, em detrimento a 10% que, apesar de residirem geograficamente próximos a São Vicente do Sul, ainda não estiveram presentes às instalações da instituição, nem no *Campus* Avançado Jaguari. Cabe um comentário relativo à equivalência dada em relação às atividades desempenhadas por ambas as partes, referente à área de agroindústria, e ainda assim persistir esse distanciamento. Ainda, tal distanciamento é, para um percentual de 30% dos informantes, relativo também às ações de ensino, pesquisa e extensão que a instituição realiza, denotando, aqui, uma lacuna no processo de interação do *Campus* com a comunidade.

Com base nesse resultado, é possível afirmar que a ação comunicativa deve ser objeto de maior atenção por parte dos gestores da Instituição, pois o crédito da uma entidade se constrói pelos seus resultados e esses só podem ser avaliados quando são efetivamente disponibilizados ao público, à sociedade.

Essa observação é basicamente ratificada pelas respostas dos informantes obtidas na questão 2. Quando questionados sobre seu conhecimento relativo aos objetivos e finalidades do *Campus* São Vicente do Sul, definidos pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, evidenciaram-se os dados da **Tabela 8**, abaixo.

Tabela 8. Conhecimento dos objetivos e finalidades institucionais

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Sim	16	80%
Não	4	20%

Enquanto 80% dos informantes afirmaram estar ciente dos objetivos e finalidades institucionais, 20% responderam negativamente. Considerado o universo restrito de informantes do grupo, o percentual de 20% que afirmou não possuir conhecimento sobre o assunto é significativo e se trata de um fator que também merece atenção.

Conforme Davenport & Prusak (1998), a disseminação de informações, principalmente aquelas em que expressam os objetivos de uma organização, é fundamental para que estes sejam alcançados. Em outras palavras, para que os objetivos do *Campus* São Vicente do Sul, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento regional, sejam alcançados, é necessário levar essa informação à comunidade, para que seja possível uma verdadeira integração e a realização de trabalhos conjuntos.

Ainda no contexto da questão 2, buscou-se identificar qual(ais) o(s) meio(s) de comunicação pelo(s) qual(is) os informantes obtiveram conhecimento sobre os objetivos e finalidades institucionais, tendo sido apontados os dados constantes na **Tabela 9**:

Tabela 9. Efetividade das formas de comunicação

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUENCIA
Servidores e Alunos	9	45%
Rádio	6	30%
Jornal	4	20%
Palestras, Cursos e outros eventos de capacitação	4	20%
Através de trabalhos de parceria	3	15%
Internet	3	15%
Prefeitura Municipal	3	15%
Visita ao <i>Campus</i>	2	10%
Audiências Públicas	1	5%

Dentre as formas de comunicação apontadas como fontes de informação sobre os objetivos e finalidades do *Campus*, o contato direto com servidores e alunos foi citado em 45% das respostas. Este resultado pode ser atribuído ao fato de que o universo delimitado pela pesquisa compreende um município de pequeno porte onde não é difícil para a população encontrar-se e debater questões de interesse local, especialmente porque a comunicação de pessoa para pessoa é favorecida.

Com 30% das respostas, a mídia em rádio foi apontada como forma de comunicação utilizada pelos participantes da pesquisa para acesso às informações sobre o *Campus*, seguido pela mídia escrita (jornais), com 20% de respostas e atividades como palestras, cursos e outros eventos também com 20%.

A informação obtida pelo presente questionamento é relevante à medida que se reconhece a importância de uma comunicação eficaz e da interação da escola com a sociedade, pois ela traz à tona a resposta sobre a efetividade dos meios de comunicação e/ou formas de divulgação utilizadas pela instituição de ensino.

A questão de número 3 é relativa à participação dos informantes do grupo externo em cursos, seminários, palestras ou outra atividade organizada/fomentada pelo *Campus* São Vicente do Sul ou *Campus* Avançado Jaguari. A **Tabela 10** demonstra os resultados obtidos:

Tabela 10. Participação dos informantes em eventos organizados pelo *Campus*

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Sim	17	85%
Não	3	15%

Confirmando o resultado obtido na questão 1, onde 90% dos participantes da pesquisa possuem algum conhecimento sobre o *Campus* ou suas atividades, na presente questão um percentual de 85% respondeu afirmativamente sobre a participação de atividades organizadas ou fomentadas pela instituição.

Ainda nessa indagação, foram apuradas as razões que levaram os informantes a participarem desses eventos. A **Tabela 11** representa as respostas mais recorrentes.

Tabela 11. Razões da busca de capacitação junto ao *Campus*

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Buscar conhecimentos relativos à área de atuação profissional;	11	55%
Evento programado especificamente para a empresa em que atua	4	20%
Para conhecer as possibilidades de oferta de cursos e outras atividades, pelo <i>Campus</i> , à comunidade;	3	15%
Estudou na instituição	1	5%
Facilidade de acesso físico	1	5%
Alto grau de qualificação do corpo docente	1	5%

As motivações que surgiram com maior frequência nas respostas apresentadas foram, em primeiro lugar, o interesse em buscar conhecimentos relativos à sua área de atuação profissional; em segundo lugar, pelo fato de que o evento foi programado/realizado especificamente para empresa onde trabalha e em terceiro, pelo interesse em conhecer a oferta de cursos e outras atividades pela instituição.

Considerando que a presente pesquisa foi aplicada a pessoas que mantêm alguma relação com a atividade agroindustrial no município de Jaguari, RS, percebe-se que as atividades desenvolvidas pelo *Campus* nessa área têm sido efetivas e a comunidade tem, em retribuição, participado ativamente de tais ações.

A partir da questão 4, o que se buscou foi evidenciar de que maneiras e com que assiduidade vem ocorrendo a atuação do *Campus* São Vicente do Sul no município de Jaguari, a fim de viabilizar o alcance dos objetivos traçados.

Sobre as representações da comunidade acerca das atividades desenvolvidas pela instituição no município, os discursos que evidenciaram as expectativas e anseios dos informantes estão tabulados na **Tabela 12**, abaixo:

Tabela 12. Conhecimento dos informantes sobre a atuação do *Campus* e seus resultados

PERGUNTA	RESPOSTA							
	EM PARTE		SEM RESP.		SIM		NÃO	
	QT	%	QT	%	QT	%	QT	%
1) A formação técnica, pela sua qualidade, permite que os egressos se insiram com êxito e de forma imediata no mercado de trabalho, desempenhando a profissão de forma a mudar a realidade local?	11	55%	2	10%	7	35%	0	0%
2) As atividades desenvolvidas (ensino-pesquisa-extensão) podem ser consideradas um diferencial no processo de desenvolvimento regional?	2	10%	1	5%	17	85%	0	0%
3) Em se tratando de desenvolvimento (transformações de ordem econômica, política, humana e social) o processo educacional do <i>Campus</i> pode ser considerado suporte para a melhoria do bem-estar econômico e social da comunidade?	2	10%	2	10%	16	80%	0	0%
4) As ações de pesquisa e extensão implicam na participação ativa e eficaz do <i>Campus</i> em iniciativas capazes de transformar o seu meio e de gerar dinâmicas construtivas?	0	0%	2	10%	17	85%	1	5%

Foram quatro indagações distintas nesta questão, sendo a primeira relacionada especificamente à formação de Técnicos; a segunda referiu-se à tríade ensino-pesquisa-extensão como diferencial no processo de desenvolvimento local; a terceira sobre a efetividade dos resultados no contexto sócio-econômico do município e a quarta objetivou verificar o conhecimento dos informantes em relação aos resultados da pesquisa e extensão. A partir das respostas obtidas, foi possível traçar um panorama sobre o nível de conhecimento, dessa categoria de informantes, em relação à atuação da instituição de ensino no município de Jaguari, RS.

Sobre a primeira indagação, evidenciou-se que a maioria (55%) dos informantes acredita que a formação técnica oferecida atende apenas em parte os requisitos necessários para inserção e desempenho dos profissionais formados no mercado de trabalho. Atender “em parte”, no entanto, pode ser considerada uma lacuna no processo, o que demanda a necessidade de maior atenção por parte da instituição formadora, visto que é um percentual significativo de respostas.

Quanto à percepção relativa às atividades de ensino, pesquisa e extensão como diferencial no processo de desenvolvimento regional, 85% dos informantes afirmaram que, realmente, essas ações podem ser consideradas um diferencial, percentual esse que aponta o reconhecimento das potencialidades do *Campus* São Vicente do Sul no seu contexto. Em média, esse percentual se equivale nas demais indagações, cujos resultados denotam que a instituição de ensino possui prestígio junto à comunidade, sendo considerada, pelas suas possibilidades de atuação, um grande potencial para o desenvolvimento da região.

Aqui é importante salientar que, pelas respostas obtidas, é possível identificar apenas expectativas dos participantes, sem a mensuração de resultados efetivos.

A questão 5 buscou conhecer as percepções dos informantes quanto à participação do *Campus* São Vicente do Sul nas atividades agroindustriais no município estudado, respostas elencadas na **Tabela 13**.

Tabela 13. Nível de participação do *Campus* nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Ativa e crescente	17	85%
Rara	2	10%
Supera as expectativas	1	5%
Suficiente	0	0%

Ratificando o resultado obtido na questão 1, onde 90% dos participantes da pesquisa afirmaram possuir conhecimento sobre o *Campus* ou suas atividades, na presente questão um percentual de 85% considera ativa de crescente a participação da instituição em atividades da área agroindustrial no município estudado. Perguntados sobre as formas como a participação referida se efetiva, foram elencadas as seguintes colocações, constantes na **Tabela 14**:

Tabela 14. Formas como se efetiva a participação do *Campus* nas atividades agroindustriais no município de Jaguari, RS

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Através de programas de qualificação oferecidos aos produtores e comunidade	11	55%
Através de parcerias com empresas ligadas à área.	4	20%
Através do processo de ensino	3	15%
Através de orientação sobre empreendedorismo e gestão	3	15%
De forma fraca, deveria ser mais intensa e participativa	2	10%
Desconhece qualquer ação do <i>Campus</i> que tenha contribuído para o desenvolvimento de propriedade rurais.	1	5%
Pelo bom relacionamento com a comunidade	1	5%

Conforme é possível observar, em 55% das respostas obtidas, os informantes afirmaram que a participação se efetiva por meio de cursos de qualificação oferecidos aos produtores e à comunidade. Em outras palavras, pode-se inferir que os cursos de capacitação oferecidos se refletem em uma fonte de expectativas da população local, como possibilidade de desenvolvimento da atividade agroindustrial.

A pergunta de número 6 referiu-se ao conhecimento dos informantes sobre as parcerias efetivadas pelo *Campus* que tenham consolidado resultados positivos para o desenvolvimento e inovação da atividade agroindustrial no município. Foram apontadas, pelos participantes da pesquisa, as seguintes instituições ou setores parceiros: prefeitura municipal, empresas do setor da cana-de-açúcar, SEBRAE, APROVIJA, cooperativa de vinhos, empresas do setor de apicultura, Rota Nostra Colônia, EMBRAPA – Uva e Vinho,

sindicato rural, URI e parcerias para aquisição de gêneros para merenda escolar/agricultura familiar.

Relativamente à indicação da parceria com a Rota Nostra Colônia, na área de turismo rural, os informantes salientaram que foi um processo sem continuidade e relataram a importância de ser retomado.

Da análise dessas respostas e considerando as informações internas sobre a existência de convênios e parcerias com foco de ação nas atividades agroindustriais do município, é possível afirmar que tais ações ainda estão sendo pouco divulgadas. Afirma-se isso tendo em vista que o número de respostas dos informantes internos, em questão equivalente, é consideravelmente superior ao conhecimento verificado em relação aos informantes externos.

Quanto à questão 7, relativa às expectativas sobre as atividades a serem desenvolvidas pelo *Campus* sob a perspectiva de melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial, os informantes apresentaram as respostas constantes na **Tabela 15**.

Tabela 15. Expectativas quanto às atividades a serem desenvolvidas pelo *Campus* para a melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial no município de Jaguari, RS

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Incremento às atividades de pesquisa em relação aos produtos locais que resultem em ações concretas	6	30%
Ações de suporte à Agricultura e Agroindústria Familiar;	6	30%
Realização de estudos sobre tecnologias que possam auxiliar na produção	4	20%
Preparar os alunos dos cursos para atuar efetivamente em âmbito regional	3	15%
Intensificação de ações voltadas para a vitivinicultura	2	10%
Valorização do produto local	2	10%
Substituição da cultura do fumo por outros cultivos adequados ao contexto regional	2	10%

Com base nas respostas obtidas, percebe-se uma maior expectativa da comunidade do município estudado com relação às atividades de Pesquisa-Extensão, com a apresentação/divulgação de resultados concretos, ou seja, além da pesquisa, deve haver a possibilidade de aplicação dos resultados.

Na mesma equivalência de percentual, foram apontadas as ações de apoio à agricultura e agroindústria familiar, atividades ligadas ao agronegócio, característica da região estudada.

Ainda, em um percentual de 20% das respostas, foi apontada a realização de estudos sobre tecnologias que possam auxiliar na produção e possibilitar um incremento da atividade agroindustrial no município.

Também foram citados, em percentuais menores de ocorrência, informações como a valorização do produto local, intensificação das atividades voltadas à vitivinicultura, substituição de cultura e a preparação dos alunos dos cursos técnicos para atuar efetivamente em âmbito regional. Em resumo, todas as respostas implicam em atividades de ensino, pesquisa e extensão, e refletem os anseios da população sobre as atividades do *Campus* capazes de interferir positivamente no processo de desenvolvimento regional.

Buscando complementar as respostas obtidas na questão anterior, a questão número 8 traz a indagação direta sobre quais as atividades de pesquisa e extensão são as mais viáveis, na opinião dos informantes, para serem desenvolvidas em prol do desenvolvimento local. As áreas específicas apontadas estão registradas na **Tabela 16**.

Tabela 16. Rol de atividades de pesquisa e extensão viáveis no município de Jaguari, RS

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Indústria alimentícia (carnes, leite, vegetais, frutas, doces, massas...)	14	70%
Vitivinicultura	13	65%
Cana-de-açúcar	9	45%
Novas culturas em substituição à cultura do fumo	4	20%
Turismo rural	3	15%
Gestão do agronegócio/valorização dos produtos locais	2	10%
Indústria moveleira	2	10%

É possível inferir, a partir das respostas obtidas e levando em consideração a vocação histórica da região, que existe um consenso quanto às atividades características do município. Os apontamentos dos informantes apresentam um percentual de 70% que indicou a indústria alimentícia como a melhor possibilidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, seguida pela vitivinicultura, com 65% de incidência, e a cana-de-açúcar com 45%.

Com relação às possibilidades de cursos da modalidade CFICT (Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores – curta duração), na opinião dos entrevistados as demandas mais relevantes na área agroindustrial são (**Tabela 17**):

Tabela 17. Demandas para a oferta de cursos de curta duração – CFICT – Informantes Externos

RESPOSTA	INCIDÊNCIA	FREQUÊNCIA
Qualificação de trabalhadores do setor primário	7	35%
Derivados do leite	6	30%
Carnes e embutidos	5	25%
Gestão do Agronegócio	4	20%
Processamento de frutas	4	20%
Produção de Vinhos e Sucos	3	15%
Produção de Cachaça	3	15%
Boas Práticas de Fabricação	2	10%
Turismo Rural	1	5%
Técnicas de cultivo da uva e cana-de-açúcar	1	5%

Agrupadas por categoria de acordo com a natureza das respostas, a resposta mais recorrente para o questionamento indica uma demanda, ou interesse, na oferta de cursos para qualificação de trabalhadores do setor primário, com 35% das indicações.

É cabível aqui, retomar o referencial teórico, quando este exalta as três fases determinadas para o agronegócio. A preocupação denotada pelas respostas dos informantes externos quanto à necessidade de preparação de trabalhadores do setor primário está intrinsecamente ligada à primeira etapa do processo, pois representa o próprio produtor rural.

No contexto das atividades agroindustriais, especialmente considerando-as em desenvolvimento nas pequenas propriedades rurais, é normal que a mão-de-obra utilizada pertença ao próprio núcleo familiar. Trata-se de um aspecto fundamental para a promoção do desenvolvimento e crescimento da propriedade, à medida que a qualidade da produção primária interferirá, inevitavelmente, na qualidade do produto final.

Todas as demais respostas vieram confirmar que a atividade agroindustrial em Jaguari, RS, desenvolve-se basicamente pela industrialização de produtos derivados do leite, carnes, frutas (uva) e cana-de-açúcar, culturas predominantes no município.

Existe, ainda, dentre os apontamentos, uma demanda por cursos na área de gestão do agronegócio, item de qualificação que pode ser relevante para os empreendimentos existentes, seja individuais ou pela organização de determinados grupo de produtores rurais. A organização de grupos pode ocorrer na forma de associações, cooperativas, microempresas, entre outras, e podem favorecer a otimização das estruturas das propriedades. Enfim, implica em envolver um maior número de pessoas no processo produtivo, desde a cultura e disponibilização da matéria prima até a industrialização.

Finalizando o questionário aplicado aos informantes externos, a pergunta de número 10 intentou conhecer as opiniões e referências comunitárias sobre o desempenho profissional dos técnicos egressos ou dos próprios profissionais do *Campus* São Vicente do Sul. Em complemento, sugeriu-se, aos informantes, o apontamento das possíveis contribuições que vieram a favorecer o desenvolvimento da atividade agroindustrial no município.

Dentre os informantes, 55% responderam afirmativamente sobre a possibilidade de elencar contribuições, enquanto 45% do grupo manifestaram impossibilidade de responder essa questão.

O registro das contribuições elencadas compreendeu as seguintes ações:

- a) Apoio técnico e orientações em relação ao mercado/Gestão do Agronegócio;
- b) Apoio técnico na atividade de vitivinicultura;
- c) Capacitação para a industrialização de produtos de origem vegetal;
- d) Inserção de culturas em hidroponia;
- e) Orientações sobre o gerenciamento da produção;
- f) Orientações em relação às boas práticas produtivas, viabilizando melhor qualidade da produção;
- g) Indicação de programas de fomento à atividade agroindustrial;
- h) Assessoramento técnico para a formação de associações de produtores;
- i) Formação de técnicos em alimentos e em agropecuária;
- j) Divulgação de resultados relacionados às pesquisas na área.

Tais apontamentos compreendem a atuação de egressos e de servidores no município, exercida formalmente (através de eventos específicos) e/ou informalmente, através de diálogos.

Essa discussão em relação aos resultados obtidos, tanto junto ao público interno como externo não significa que todos os aspectos relacionados ao papel do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari, RS, tenham sido efetivamente abordados.

Pode-se considerar, entretanto, para efeito de diagnóstico, que os resultados obtidos trazem, em sua essência, a possibilidade de avaliar o processo de interação da instituição de ensino com aquela comunidade, tanto em níveis subjetivos (percepções) como em aspectos concretos de desenvolvimento local e regional (ações), importantes no sentido de se estabelecer uma relação de confiança e interatividade entre as partes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações demandadas para a realização da pesquisa permitiram o traçado de um cenário referente à atuação do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha no município de Jaguari, RS, e as interferências exercidas pelo mesmo no contexto agroindustrial do município em questão, que se caracteriza, economicamente, pelo desenvolvimento desta atividade.

Mediante a análise dos planos pedagógicos de curso (PPCs) das habilitações técnicas em agricultura, zootecnia e alimentos, foi possível observar o foco na formação de um profissional completo, apto a aplicar seus conhecimentos e desenvolver atividades capazes de redefinir as relações produtivas e sociais do contexto aonde irá se inserir.

No entanto, sabe-se que a existência de um documento não determina a garantia de êxito. Assim, observou-se que os PPCs foram construídos de maneira a atender aos objetivos do *Campus*, principalmente no que se refere à contribuição, através da formação técnica, para o desenvolvimento local e regional. Por outro lado, de acordo com os dados obtidos na própria instituição, relativos ao número de alunos de Jaguari, RS, que buscam matrícula nos cursos abordados ou ainda a realização de estágio curricular no seu município, foi possível denotar que teoria e prática não são elementos que se coadunam nesse sentido.

Pela análise subjetiva dos discursos produzidos durante a aplicação das ferramentas de coleta de dados, identificou-se uma situação a ser observada pela instituição de ensino. Tanto informantes internos, quanto externos, apontaram a existência de uma “barreira legal”, inserida no regulamento de estágios, que restringe o retorno de estagiários ao município, que é a necessidade de um responsável, na empresa ou propriedade rural, com formação igual ou superior ao aluno. Essa exigência acaba negligenciando os conhecimentos e habilidades construídas pela experiência de vida e prática produtiva dos proprietários nas atividades agroindustriais, que não se enquadram na situação de escolaridade citada.

Contempladas nos PPCs e no plano de desenvolvimento institucional, as atividades de pesquisa e extensão possuem um papel relevante para a instituição de ensino e em benefício da sociedade. A sua efetividade em relação às atividades agroindustriais mostra-se tênue, em detrimento aos anseios e expectativas da comunidade, que vê nessas atividades a oportunidade de inovar tecnologicamente e produzir com maior quantidade e melhor qualidade.

Também foi verificado que a atuação do *Campus* no município de Jaguari ocorre pela ofertas de cursos rápidos de qualificação profissional, que podem trazer resultados favoráveis para a produção agroindustrial. Conforme observado no presente trabalho, a realização desses cursos vem se apresentando como a alternativa de ação mais exercida atualmente no que tange às expectativas da comunidade.

Historicamente construídas pelos 57 anos de funcionamento da unidade de ensino na região, as representações da comunidade do município de Jaguari, RS, sobre o papel do *Campus* São Vicente do Sul no contexto de desenvolvimento regional e especificamente no âmbito das atividades agroindustriais traduzem crédito e expectativa de inovação. O *Campus* é concebido como centro de referência na formação de profissionais altamente capacitados, necessitando, porém, intensificar o seu papel na produção e disseminação de tecnologias, como ator do processo de desenvolvimento local e regional.

7 REFERÊNCIAS

- ANESE, Rogério L. R. **Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional: Ênfase em Economia do Desenvolvimento. UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- ARANHA Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**/Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3.ed. – ver e ampl. – São Paulo: Moderna 2006.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R.; SILVEIRA, C. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983
- BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. **In. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 11.892. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.394. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília: SETEC, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais (v. 1)**/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRIET, Suzanne. **Quest-ce que la documentation?** Paris: Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.
- BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 2006, Quito, Equador. **Anais**. ALASRU: Quito, Equador, 2006.
- BUENO, V. N. 2005. **Agroindústria familiar de embutidos na região das Missões do Rio Grande do Sul**. São Luiz Gonzaga/RS.
- CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. O enfoque em sistemas produtivos e inovação local. In: FISCHER, T. (orgs) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade. 2002.
- CASTRO, Manuel Cabral de. **Desenvolvimento sustentável: a genealogia de um novo paradigma**. In: Revista *Economia & empresa*. São Paulo, v. 3, n.3, julho/setembro de 1996.
- COSTA. Maristela. **Agronegócio: O motor da economia brasileira e o dinamismo da economia paranaense**. 2006. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=331>>. Acesso em 11/08/2011.

- DAVENPORT, Thomas H. & PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DONADEL, Nelci José. **Expectativas profissionais dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da área de agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha – RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2010.
- DORIGON, C. Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense. **II Seminário Internacional Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <www.apec.unesc.net/III%20EEC/sesoes_tematicas/.../Artigo%2038.doc> - Acesso em 12/06/2011.
- DURKHEIM, Emile. **Educación y Sociología**. Buenos Aires, Editorial Shapire, 1973.
- EWEIN, Jorge. **Ecocitrus: da produção à comercialização, a independência dos agricultores**. Revista Agroecologia & Agricultura Familiar. Lages: Setembro, 2003
- FRANCO, M. L. P. B. Ensino Médio: **desafios e reflexões**. Campinas (SP): Papirus, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. revista. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7ª Ed. Rev. São Paulo: Centauro, 2005.
- FRIEDMANN, J. e WEAVER, C. **Territory and function**. London. Edward Arnold, 1979.
- GAULET, Denis. Desarrollo humano. In: J. CONILL. **Glosario para una sociedad intercultural**. Valencia: Bancaja, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HIRSCHMAN, A. O. **La estrategia del desarrollo económico**. México: Fondo de Cultura Económico, 1973.
- HÖFFE, Otfried. **Diccionario de ética**. Barcelona: Crítica, 1994.
- IOSCHPE, Gustavo. **A ignorância custa um mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Francis, 2004.
- KONDER, Leandro. Marx e a Sociologia da Educação. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.) **Sociologia para educadores**, 4 ed., Rio de Janeiro: Quartet, 2006.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing – 10ª Edição, 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística; revisão técnica Arão Sapiro**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KUENZER A.Z. **Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho**. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252b.htm>> 2003. Acesso em maio de 2011.
- KUENZER, A. Z. **A reforma no ensino técnico no Brasil e suas consequências**. Revista Ensaio avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro V.6, N. 20. 1995.
- KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 1987.
- LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2ª ed, UNISINOS, São Leopoldo, 1995.

MACHADO L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho** contribuições para estudo do ensino técnico industrial brasileiro São Paulo, Autores Associados Cortez, 1989.

MARX, K. **O Capital** - Para a Crítica da Economia Política. 13a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MDIC. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais.** Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf - Acesso em 26/06/2011.

MEC/SETEC – **Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio:** Documento Base. Dez, 2007. Disponível http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf.

MPO. **Potencialidades do Estado de Roraima** – Síntese dos Resultados, 1998. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/potencialidades/roraima.htm>

MULLER, Johannes. Países em vias de desenvolvimento, política de desenvolvimento. In: ENDERLE, Georges et. al. **Dicionário de ética econômica.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1997.

NEUMAN, P. S. ; SOUZA, R.S. (Coord.) **Diagnóstico e Cadastro das Unidades de Produção de Hortigranjeiros e de Produtos Coloniais da Microrregião da Quarta Colônia e Estudo Regional de Mercado na Região Central do Estado,** Relatório Final de Pesquisa, FAPERGS, 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. **Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais.** Porto Alegre: FEE, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 1997.

PARRÉ, José Luiz; ALVES, Alexandre Florindo; PEREIRA, Marcelo Farid. Desempenho do setor agroindustrial da região Sul do Brasil. In: Marco Antonio Montoya; Carlos Ricardo Rosseto. (Org.). **Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro.** 1 ed. Passo Fundo, 2002.

PECQUEUR, B. Qualite et développement – L’hypothese du panier de biens. In : **Symposium sur le développement regional.** INRA-DADP. Montpellier, 2000.

PERROUX, F. **Los pólos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

PHILLIPS, M.Q. **Pesquisa Social.** Rio de Janeiro. Agir, 1974.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais.** 2005. Disponível em <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>> - acesso em 19/06/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton . **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Edusp, 1995

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento:** um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

SCHUERMEYER, W. Die Photographie im Dienste der bibliothekarischen Arbeit. **Zentralblatt fuer Bibliothekswesen** 50: 580-583, 1935.

SILVA, Adriano Aparecido da. **A Importância do Administrador para o Desenvolvimento do Agronegócio Brasileiro**. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/a_importancia_do_administrador_para_o_desenvolvimento_do_agronegocio_brasileiro/26313/>. Acesso em 05/06/2011.

SILVA, Caetanda J. R. (org); VIDOR, Alexandre M.; PACHECO, Eliezer M.; PAREIRA, Luiz A. C. **Institutos Federais: Comentários e Reflexões**. Brasília: IFRN Editora, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES M. D. e TAVARES, M. G. **Formação Profissional em Ciências Agrárias**: as transformações no ensino técnico e seus impactos no ensino superior. Revista Educação Agrícola Superior, Brasília, v17 n1, 1999.

SOUZA, Ricardo de et al. (Orgs.) **A administração da fazenda**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1995.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien. Symposium sur le développement regional**. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

VIEIRA, LUIS FERNANDO. **Agricultura e Agroindústria Familiar**. Disponível em <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos_trabalhos.htm#vieira97a> Acesso em 02/06/2011.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. **Políticas Públicas de Agroindustrialização na Agricultura Familiar**: uma análise do Pronaf-Agroindústria. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), 2010.

WITTACZIK, L. S. Artigo: **Educação Profissional No Brasil: Histórico**. SENAI/SC – Jaraguá do Sul, SC, 2007. Disponível em <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewDownloadInterstitial/26/21>>

8 ANEXOS

Anexo A

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Público Alvo: Proprietários rurais que exercem a atividade agroindustrial e representantes de segmentos ligados à área

Local de Aplicação: Município de Jaguari, RS

Informações para o(a) participante voluntário(a):

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário, o qual faz parte da coleta de dados da pesquisa sobre o papel do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento regional, sob responsabilidade do pesquisador RENAN COVALESKI PERLIN, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O objetivo da pesquisa direciona-se a conhecer e analisar as interferências provocadas pela atuação do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, no desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari, RS.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- b) Você pode recusar-se a participar da pesquisa, sem que precise apresentar justificativas para isso;
- c) Sua identidade, a seu critério, poderá ser mantida em sigilo, não sendo necessária, neste caso, a sua identificação neste formulário;
- d) Você poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente de sua participação direta, na qualidade de entrevistado.

Obrigada pela sua atenção e colaboração, a qual é relevante para que os objetivos propostos sejam concretizados.

QUESTIONÁRIO:

Utilize caneta esferográfica.

Identificação do Informante (Opcional):

CONHECIMENTO DO CAMPUS

1. Em relação ao *Campus* São Vicente do Sul e ao *Campus* Avançado Jaguari, você:
- a) ☐ Não conhece as instalações, assim como não está a par das atividades de ensino-pesquisa-extensão
 - b) ☐ Conhece as instalações, mas não está a par das atividades de ensino-pesquisa-extensão.
 - c) ☐ Não conhece as instalações, mas tem ciência sobre as atividades de ensino-pesquisa-extensão.
 - d) ☐ Conhece as instalações, assim como possui conhecimento das atividades de ensino-pesquisa-extensão.

2. Você possui conhecimento relativo aos objetivos e finalidades do *Campus* São Vicente do Sul, definidos pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contexto em que está inserido?

☐ Sim

☐ Não

- 2.1. Em caso afirmativo, como você teve acesso às informações sobre o *Campus*?

3. Você já participou de cursos, seminários, palestras ou outra atividade organizada/fomentada pelo *Campus* São Vicente do Sul ou *Campus* Avançado Jaguari?

☐ Sim

☐ Não

- 3.1. Em caso afirmativo, que razão(ões) o levaram a participar?

ATUAÇÃO DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL NO MUNICÍPIO

4. Sobre a atuação do *Campus* São Vicente do Sul na região, você afirmaria que:

Utilize - S = Sim, N = Não ou O = Em parte

- a) ☐ A formação técnica oferecida, pela sua qualidade formativa, permite que os egressos se insiram com êxito no mercado de trabalho e de forma imediata, desempenhando sua profissão de forma a mudar a realidade local.
- b) ☐ As atividades desenvolvidas, compreendida a tríade ensino-pesquisa-extensão, podem ser consideradas um diferencial no processo de desenvolvimento regional.
- c) ☐ Em se tratando de desenvolvimento, este concebido como um procedimento complexo de transformações de ordem econômica, política, humana e social, o processo educacional do *Campus* pode ser considerado um suporte para a melhoria do bem-estar econômico e social da comunidade.

d) () As ações de pesquisa e extensão implicam na participação ativa e eficaz do *Campus* em iniciativas capazes de transformar o seu meio e de gerar dinâmicas construtivas.

5. Sobre a atividade agroindustrial no município, você vê a participação do *Campus* São Vicente do Sul como:

- a. () Rara
- c. () Suficiente
- d. () Ativa e crescente
- e. () Supera as expectativas

5.1. Na sua opinião, como essa participação se consolida?

6. Você tem conhecimento de parcerias firmadas pelo *Campus* com outras instituições e programas de fomento e apoio, que tenham consolidado a promoção de iniciativas de desenvolvimento e inovação na atividade agroindustrial local e/ou regional? Em caso afirmativo, exemplifique:

7. Numa perspectiva de melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial, quais as suas expectativas em relação às ações a serem desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul?

8. Considerados os APLs (Arranjos Produtivos Locais), especificamente a vocação agroindustrial do município, que áreas específicas considera adequadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão pelo *Campus*?

9. Em relação aos cursos da modalidade CFICT (Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores – curta duração), em sua opinião, quais as demandas mais relevantes na área agroindustrial?

10. De acordo com seu conhecimento, seja pela sua experiência em contar com o apoio de técnicos egressos ou de profissionais do *Campus* São Vicente do Sul, ou por participações em atividades desenvolvidas pelo *Campus* em questões relacionadas à produtividade e qualidade dos produtos agroindustriais, é possível elencar contribuições que favoreceram o desenvolvimento da atividade? Em caso afirmativo, quais?

Anexo B

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Público Alvo: Gestores e Docentes do *Campus* São Vicente do Sul.

Local de Aplicação: *Campus* São Vicente do Sul, RS

Informações para o(a) participante voluntário(a):

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário, o qual faz parte da coleta de dados da pesquisa sobre o papel do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento regional, sob responsabilidade do pesquisador RENAN COVALESKI PERLIN, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O objetivo da pesquisa direciona-se a conhecer e analisar as interferências provocadas pela atuação do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, RS, no desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari, RS.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- e) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- f) Você pode recusar-se a participar da pesquisa, sem que precise apresentar justificativas para isso;
- g) Sua identidade, a seu critério, poderá ser mantida em sigilo, não sendo necessária, neste caso, a sua identificação neste formulário;
- h) Você poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente de sua participação direta, na qualidade de entrevistado.

Obrigada pela sua atenção e colaboração, a qual é relevante para que os objetivos propostos sejam concretizados.

QUESTIONÁRIO:

Utilize caneta esferográfica.

Identificação do Informante (Opcional):

ATUAÇÃO DO CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL NO MUNICÍPIO DE JAGUARI

1. Sobre a atuação do *Campus* São Vicente do Sul na região, você afirmaria que:

Utilize - **S** = Sim, **N** = Não ou **O** = Em parte

- a) () A formação técnica oferecida, pela sua qualidade formativa, permite que os egressos se insiram com êxito no mercado de trabalho e de forma imediata, desempenhando sua profissão de forma a mudar a realidade local.
- b) () As atividades desenvolvidas, compreendida a tríade ensino-pesquisa-extensão, podem ser consideradas um diferencial no processo de desenvolvimento regional.
- c) () Em se tratando de desenvolvimento, este concebido como um procedimento complexo de transformações de ordem econômica, política, humana e social, o processo educacional do *Campus* pode ser considerado um suporte para a melhoria do bem-estar econômico e social da comunidade.
- d) () As ações de pesquisa e extensão implicam na participação ativa e eficaz do *Campus* em iniciativas capazes de transformar o seu meio e de gerar dinâmicas construtivas.

2. Sobre a atividade agroindustrial no município de Jaguari, você vê a participação do *Campus* São Vicente do Sul como:

- a. () Rara
- c. () Suficiente
- d. () Ativa e crescente
- e. () Supera as expectativas

2.1. Na sua opinião, como essa participação se consolida?

3. Existem parcerias firmadas pelo *Campus* com outras instituições e programas de fomento e apoio, que tenham consolidado a promoção de iniciativas de desenvolvimento e inovação na atividade agroindustrial no município de Jaguari e/ou da região? Em caso afirmativo, exemplifique:

4. Numa perspectiva de melhoria da qualidade e produtividade agroindustrial no município, quais as possibilidades em relação às ações a serem desenvolvidas pelo *Campus* São Vicente do Sul?

5. Considerados os APLs (Arranjos Produtivos Locais), especificamente a vocação agroindustrial do município, que áreas específicas considera adequadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão pelo *Campus*?

6. Em relação aos cursos da modalidade CFICT (Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores – curta duração), em sua opinião, quais as demandas mais relevantes na área agroindustrial?

7. Há um *feedback* da comunidade/entidades sobre o desempenho dos técnicos egressos do *Campus* São Vicente do Sul ou das atividades desenvolvidas pelo *Campus* em questões relacionadas à produtividade e qualidade dos produtos agroindustriais. Em caso afirmativo, é possível elencar contribuições que favoreceram o desenvolvimento da atividade?

8. Sobre a divulgação do *Campus* e de suas atividades de ensino-pesquisa-extensão, quais as formas adotadas pela instituição para consolidar essa ação?

Anexo C

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ALIMENTOS – ÁREA QUÍMICA

MÓDULO BÁSICO		MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO			
COMPETÊNCIAS	C/H	MÓDULOS	ELEMENTOS	C/H	C/H
◇ Microbiologia dos Alimentos	60	Tecnologia de Produtos de Origem Animal	Tecnologia de Leite e Derivados	140	280
◇ Bioquímica dos Alimentos			Tecnologia de Carnes e Pescados	140	
◇ Higiene e Segurança Alimentar	60	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	Processamento de Frutas e Hortaliças	120	340
			Tecnologia de Glicídicos e Lipídicos	60	
			Tecnologia de Massas e Panifícios	80	
Tecnologia de Bebidas			40		
◇ Nutrição			Fisiologia Pós-Colheita e Armaz. de Frutas e Hortaliças	40	
◇ Química Analítica e Bromatologia	20	Administração	Planejamento e Projetos	60	280
◇ Segurança no Trabalho			Gestão e Economia	80	
			Informática Aplicada	40	
			Gestão Ambiental	40	
			Português Instrumental	40	
			Ética e Relações Humanas no Trabalho	20	
				40	
Subtotal	40				
	80				
	40	Estágio Supervisionado			360
	300	Subtotal			1200
	Total				

Anexo D

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Disciplinas	C/ H Total	1ª Série		2ª Série		3ª Série	
		1-S	2-S	1-S	2-S	1-S	2-S
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	480	4	4	4	4	4	4
Português Instrumental	20	-	-	-	-	1	-
Língua Estrangeira	160	2	2	2	2	-	-
Matemática	360	3	3	3	3	3	3
Química	360	3	3	3	3	3	3
Física	360	3	3	3	3	3	3
Biologia	360	3	3	3	3	3	3
Geografia	160	2	2	1	1	1	1
História	160	2	2	1	1	1	1
Filosofia	40	-	-	-	-	1	1
Artes	40	-	-	2	-	-	-
Educação Física	240	2	2	2	2	2	2
Iniciação Científica	60	2	1				
Informática	40	2					
Irrigação e Drenagem	80					4	
Topografia	80			4			
Mecanização Agrícola	80				4		
Construções Rurais	40				2		
Solos I	40		2				
Solos II	40			2			
Morfologia e Fisiologia dos Animais Domésticos	40	2					
Noções de Higiene e Profilaxia	20	1					
Nutrição Animal	40		2				
Avicultura	80			2	2		
Piscicultura	40		2				
Apicultura	40		2				
Suinocultura	80			2	2		
Ovinocultura	80			2	2		
Bovinocultura Corte	80					2	2
Bovinocultura Leite	80					2	2
Forragicultura	60			1	2		
Criações Alternativas	40	2					
Jardinocultura	40			2			
Olericultura	80		4				
Culturas Perenes	120					2	4
Culturas Anuais	160					4	4
Gestão Ambiental	40	2					
Planejamento e Projetos de Empreendedorismo	40						2
Gestão e Economia	80					4	
Tecnologia de Alimentos	40				2		
Sociologia e Extensão Rural	40						2
Ética e Relações Humanas no Trabalho	40	2					
Subtotal	4560	37	37	39	38	40	37
Estágio Supervisionado	360	Total				4920	

Anexo E

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGRICULTURA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO			
Módulos	Elementos Curriculares	C. Hor.	C/H-Tot.
Infra-Estrutura Rural	Irrigação e Drenagem	60	460
	Topografia/Desenho	120	
	Mecanização Agrícola	80	
	Construções Rurais	40	
	Capacidade de Uso e Manejo do Solo	80	
	Estudos dos Fatores Climáticos	20	
	Morfologia e Fisiologia Vegetal	60	
Culturas	Jardinocultura	40	300
	Olericultura	100	
	Fruticultura	100	
	Silvicultura	60	
Culturas Anuais	Culturas Anuais	200	240
	Forragicultura	40	
Administração Agrícola	Planejamento e Projetos	60	400
	Gestão e Economia	80	
	Noções de Projetos Zootécnicos	80	
	Gestão Ambiental	40	
	Noções de Projetos Agroindustriais	80	
	Ética e Relações Humanas no Trabalho	40	
	Português Instrumental	20	
Sub-total		1.400	
Estágio Supervisionado		360	
Carga Horária Total		1.760	

Anexo F

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ZOOTECNIA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO			
MÓDULO	ELEMENTOS CURRICULARES	CH	CHT
INFRAESTRUTURA RURAL	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	40	406
	DESENHO/TOPOGRAFIA	80	
	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	60	
	CONSTRUÇÕES RURAIS	30	
	CAPACIDADE DE USO E MANEJO DO SOLO	60	
	ESTUDOS DOS FATORES CLIMÁTICOS	16	
	MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS	40	
	NOÇÕES DE HIGIENE E PROFILAXIA	20	
	NUTRIÇÃO ANIMAL	60	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE PEQUENO PORTE	AVICULTURA	120	240
	PISCICULTURA	60	
	APICULTURA	40	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS I – COTORNICULTURA, CUNICULTURA E RHEACULTURA	20	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE MÉDIO PORTE	SUINOCULTURA	120	240
	OVINOCULTURA	100	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS II - CAPRINOCULTURA	20	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE GRANDE PORTE	BOVINOCULTURA DE CORTE	100	280
	BOVINOCULTURA DE LEITE	100	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS III – EQÜINO E BUBALINOCULTURA	20	
	FORRAGICULTURA	60	
ADMINISTRAÇÃO AGRÍCOLA	PLANEJAMENTO E PROJETOS	60	320
	GESTÃO E ECONOMIA	80	
	GESTÃO AMBIENTAL	40	
	NOÇÕES DE PROJETOS AGROINDUSTRIAIS	80	
	ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO	40	
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	20	
SUB-TOTAL			1.486
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			360
CARGA HORÁRIA TOTAL - 1.846 HORAS			